



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS  
FACULDADE DE PSICOLOGIA**

**MAIO REGO DE AGUIAR**

**A RELAÇÃO ENTRE ESTIGMATIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E O ADOECIMENTO  
PSÍQUICO DE PESSOAS TRANS NO NORTE DO BRASIL:  
UMA REVISÃO NARRATIVA**

**MANAUS - AM**

**2025**

**MAIO REGO DE AGUIAR**

**A RELAÇÃO ENTRE ESTIGMATIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E O ADOECIMENTO  
PSÍQUICO DE PESSOAS TRANS NO NORTE DO BRASIL:  
UMA REVISÃO NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito para obtenção do grau de bacharel no curso de Psicologia.

**Orientadora: Profa. Dra. Consuelena Lopes Leitão**

**MANAUS - AM**

**2025**

**MAIO REGO DE AGUIAR**

**A RELAÇÃO ENTRE ESTIGMATIZAÇÃO, VIOLÊNCIA E O ADOECIMENTO  
PSÍQUICO DE PESSOAS TRANS NO NORTE DO BRASIL:  
UMA REVISÃO NARRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas (UFAM), como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel no curso de Psicologia.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 09/12/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra. Consuelena Lopes Leitão - UFAM  
Orientadora

---

Mestrando Eduardo Azevedo Rebouças - UFAM  
Avaliador

---

Mestrando Victor Hugo Pereira Mendes - UFAM  
Avaliador

---

Mestrando Solano Pinto Cordeiro - UFAM  
Avaliador

À todas as pessoas transfemininas, transmasculinas, não binárias e demais dissidentes da cisheteronormatividade, que vivenciam e resistem às constantes violações enfrentadas por nossa comunidade.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à família que encontrei e escolhi permanecer durante toda essa caminhada, que possibilitou que eu chegasse até aqui, através da força, suporte e confiança que sempre estiveram dispostos a oferecer nos momentos em que mais precisei.

Agradeço à Professora Consuelena, minha orientadora, que sempre esteve ali para me guiar na construção deste trabalho, e acreditou no potencial, tanto da temática estudada, quanto no meu.

Agradeço à minha psicóloga, Beatriz, que me ajuda a tentar ver uma luz no fim de um túnel escuro.

Agradeço aos meus animais de estimação, Cookie, Amora e Violeta, que através do seu amor e carinho genuíno e incondicional, deram-me acolhimento e motivação para seguir até aqui.

E, por fim, agradeço à cada pessoa que luta e lutou pela causa LGBTQIAPN+, sejam essas heterossexuais, homossexuais, bissexuais, assexuais, transgêneros, cisgêneros, não binárias, intersexo ou queers. Independente de quem ou o que, agradeço a todos que resistem à opressão cisheteronormativa e que acreditam num mundo menos desigual, em que todas as vidas são dignas de cuidados e proteção.

## RESUMO

O presente estudo objetiva analisar os impactos da estigmatização e violência contra pessoas trans, bem como sua relação com o adoecimento psíquico, no cenário da Região Norte brasileira. Buscou-se investigar de que maneira as vivências de violações transfóbicas persistentes afetam a saúde mental da população trans e potencializam o desenvolvimento de transtornos psicológicos, assim como de comportamentos suicidas. A metodologia adotada é de natureza qualitativa, através da revisão narrativa da literatura e dos achados documentais referentes à problemática. A análise dos dados seguiu o método da Análise Temática, possibilitando identificar padrões de significados relacionados ao tema. Os resultados indicam que inúmeras, constantes e graves violências e outras formas de violações de direitos vitimizam pessoas trans na região Norte, comprometendo diversos aspectos de sua qualidade de vida, conforme apresentado tanto pela literatura acadêmica quanto pela pesquisa documental. Ademais, verificou-se que as experiências frequentes de discriminação e marginalização são importantes gatilhos para o sofrimento psíquico e a ideação suicida, retratando a existência de ambientes hostis e potencialmente adoecedores para esse grupo. Nesse contexto, a prática da não violência surge como possibilidade de resistência frente os horrores transfóbicos vividos. A partir disso, evidenciou-se a necessidade de implementação de políticas públicas eficazes voltadas para a garantia e promoção de direitos desse público, além de maiores mobilizações sociais comprometidas com o seu cuidado e proteção. Desse modo, esta pesquisa pode contribuir para a expansão da literatura sobre a temática e para o desenvolvimento de novos estudos e projetos voltados à saúde mental de pessoas trans.

**Palavras-chave:** Transgênero, Violência, Saúde Mental, Suicídio

## **ABSTRACT**

The present study aims to analyze the impacts of stigmatization and violence against transgender people, as well as their relationship with psychological distress, within the context of Brazil's Northern Region. It seeks to investigate how persistent experiences of transphobic violations affect the mental health of the trans population and intensify the development of psychological disorders, including suicidal behaviors. The methodology adopted is qualitative in nature, based on a narrative literature review and an analysis of documentary findings related to the issue. Data analysis followed the Thematic Analysis method, enabling the identification of meaning patterns associated with the topic. The results indicate that numerous, constant, and severe forms of violence and other rights violations victimize trans people in the Northern Region, compromising various aspects of their quality of life, as reported by both academic literature and documentary research. Furthermore, frequent experiences of discrimination and marginalization were identified to be significant triggers for psychological suffering and suicidal ideation, reflecting the existence of hostile and potentially harmful environments for this group. In this context, the practice of non-violence emerges as a form of resistance to the transphobic horrors experienced. Consequently, the study highlights the need for effective public policies aimed at guaranteeing and promoting the rights of this population, as well as greater social mobilization committed to their care and protection. Therefore, this research may contribute to expanding the literature on the subject and to the development of new studies and projects focused on the mental health of transgender individuals.

**Keywords:** Transgender, Violence, Mental Health, Suicide

## SUMÁRIO

<b>1. (EU) SOU O MONSTRO QUE VOS FALA: UMA RELEITURA.....</b>	<b>8</b>
<b>2. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>3. OBJETIVOS .....</b>	<b>15</b>
3.1. Objetivo Geral .....	15
3.2. Objetivos Específicos .....	15
<b>4. METODOLOGIA.....</b>	<b>16</b>
4.1.1. Critérios de inclusão e exclusão: .....	16
4.2 Pesquisa documental.....	16
4.3 Análise e revisão de literatura .....	17
4.4 Análise da revisão documental .....	18
4.5 Embasamento teórico para a análise dos achados .....	18
<b>5. RESULTADOS .....</b>	<b>20</b>
5.1 Pesquisa Documental: Notícias de violências cometidas contra pessoas trans entre os anos de 2015 a 2025 .....	20
5.2 Produções acadêmicas sobre violências contra a população transgênero na região Norte publicadas entre os anos de 2015 a 2025.....	24
<b>6. DISCUSSÃO .....</b>	<b>38</b>
6.1 Sofrimento sem fim: Violações no ciclo de vida de pessoas trans .....	38
6.2 Os Não-Lugares ocupados por transgêneros amazônidas: Impactos e prejuízos da transfobia no Norte .....	46
6.3 O adoecer psíquico: Riscos para a saúde mental e desenvolvimento de transtornos psicológicos entre pessoas trans .....	51
6.4 Pessoas trans não se suicidam, são suicidadas: Ideação suicida na população transgênero.....	59
6.5 A força da não-violência: Práticas de resistência no cenário transgênero amazônida ...	62
<b>7. ENCAMINHAMENTOS FINAIS: Possíveis saídas para o enfrentamento da violência contra pessoas trans no Norte brasileiro .....</b>	<b>65</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>69</b>

## **1. (EU) SOU O MONSTRO QUE VOS FALA: UMA RELEITURA**

Poucos grupos minoritários são tão abominados quanto a comunidade trans. Essa foi uma difícil verdade, que precisei engolir ao longo dos anos, após me reconhecer como uma pessoa transmasculina não binária. Ao mesmo tempo, as travestis, os transgêneros e os transexuais, que estiveram na frente da batalha contra a LGBTQ+fobia, muitas décadas atrás, representavam uma fonte de esperança para o pequeno e tímido Maio, no meio da pandemia. Quase cinco anos depois, espero poder ter pelo menos parte da coragem de meus antecessores, num caminho que se inicia neste trabalho, mas que pretende se expandir, através da resistência acadêmica.

Meu reconhecimento enquanto pessoa transgênero foi um processo demorado, pois apesar de o sentimento sempre ter estado ali, não era algo que eu era capaz de nomear, por uma série de questões, tanto pelas represálias sociais que eu já sofria por ser visto como uma menina pouco vaidosa, extremamente masculina e esquisita, quanto por outros fatores que marcaram o desenvolvimento da minha personalidade introvertida e insegura. Por mais que eu esteja inserido numa geração significativamente mais aberta às discussões acerca de sexualidade e gênero, algo que me privilegia em comparação aos trans mais velhos, somente tive conhecimento da transgeneridade a partir do ensino médio. Pouco me lembro de ver representatividades trans, na vida real e mesmo na mídia, e quando existiam, eram retratadas como caricatas, perigosas, basicamente aberrações, o que me gerava muito medo, enquanto criança, daqueles seres sem nome.

Quando finalmente me entendi como uma pessoa trans não binária, no último ano do ensino médio, muitas vivências da minha vida, que na infância, eu era incapaz de elaborar ou mesmo atribuir algum significado, pareceram fazer sentido, a partir dali. Na época, lembro de me sentir confuso e com medo, mas havia uma parte de mim muito feliz, muito satisfeito, pela primeira vez na vida, conseguir ser autêntico. Apesar dos horrores dos meses seguintes, marcados pelo início da pandemia, recebi muito apoio de amigos e colegas, ao me assumir. Permaneci “dentro do armário” para minha família, por muitos anos. Até que com o fim do isolamento social, comecei a trabalhar, enquanto conciliava isso com a volta às aulas presenciais na faculdade. No ambiente universitário, durante os turnos da tarde e da noite, eu podia ser quem realmente era, Maio, um menino não binário, que adora seu curso, seus amigos e cuidar dos animais do campus da UFAM. Contudo, durante a manhã (e uma parte da tarde), eu precisava adotar uma máscara social, para conseguir me sustentar e sobreviver, e ter um

pouco de liberdade pela independência financeira, e usava meu nome morto<sup>1</sup> em meu ambiente de trabalho, no qual passo como uma jovem masculinizada, quieta e que busca ao máximo não vivenciar violências, mesmo que às vezes meus esforços se mostrem em vão.

Como se viver uma vida dupla não fosse estressante o suficiente, dei a “sorte” de trabalhar num ambiente extremamente LGBTQ+fóbico, racista e elitista. Talvez, por perceberem que posso ser uma pessoa queer, pelo meu estilo e aparência, os comentários contra a comunidade LGBTQIAPN+<sup>2</sup> são extremamente frequentes direcionados a mim, assim como os indelicados conselhos e as orações para que eu encontre um bom homem heterossexual, para constituir família. As violências desses discursos não eram nada veladas, e já cheguei a ouvir absurdos extremos, como falas de que pessoas transgêneros teriam nascido sem o estômago e o intestino, vivendo numa eterna defecação, pois seriam completas aberrações da natureza. O Maio de 20 anos não tinha muitas estratégias para lidar com isso, e talvez nem mesmo o de 23 tenha, contudo em algum momento, decidi que não seria mais simplesmente atravessado por essas agressões, e usaria delas como uma fonte, mesmo que muita mórbida, para fazer alguma diferença. A forma que eu tive recursos emocionais para fazer parte da luta contra a transfobia foi através da escrita.

Houve dois grandes momentos que fizeram com que este trabalho nascesse, em dois eventos que conseguiram me abalar a um ponto que não pude mais fingir que aquilo não me machucava. O primeiro foi o cruel assassinato de uma mulher trans, em 2022<sup>3</sup>, que teve seu cadáver mutilado e jogado despido por uma ponte sobre um igarapé<sup>4</sup>, um lugar que eu passava de forma quase diária, para ir e voltar do trabalho ou da faculdade, e que fica a cerca de 1 km de distância da minha casa. Esse caso foi muito marcante para mim, e foi revisitado durante a elaboração deste trabalho. Na época, eu não sabia o nome da vítima, somente que ela havia sido morta e descartada de maneira hedionda, e que para agravar a situação, teve seu corpo sem vida nu exposto, sem censura, pela mídia. Hoje, sei que seu nome era Camila Ferraz, que tinha 44 anos, era cabeleireira e que, apesar do seu óbito trágico e precoce, não foi esquecida por seus entes queridos e pelos movimentos sociais, pois houve protestos e demonstrações públicas de

---

<sup>1</sup> O nome morto é um termo que indivíduos trans utilizam para se referir ao seu nome de registro. O uso e a exposição do nome morto é uma violência extremamente frequente, que será abordada neste trabalho de forma contínua.

<sup>2</sup> Essa será a sigla utilizada neste trabalho, buscando incluir e dar visibilidade a uma maior pluralidade de identidades que fazem parte da comunidade.

<sup>3</sup> Corpo de mulher trans aparece boiando em igarapé de Manaus. **G1 Amazonas**. Manaus. Disponível em: [Corpo de mulher trans aparece boiando em igarapé de Manaus | Amazonas | G1](#).

<sup>4</sup> Termo utilizado no contexto amazônico para se referir a pequenos e estreitos cursos de água, em sua maioria rasos. Os igarapés são elementos fortemente presentes na paisagem dos municípios da Região Norte, assim como na capital do Amazonas, Manaus.

luto, saudades e de carinho por ela. Este trabalho, mesmo anos após a sua morte, também busca honrar a sua memória e vingar a sua perda.

Outra situação que me deixou extremamente perturbado foi quando tive conhecimento de que existia outra pessoa trans no meu trabalho (no caso, uma pessoa assumida), que se tratava de um transmasculino mais velho que eu, e que estavam criando rumores sobre ele ser um perverso e um perigo para os pacientes, especialmente para as crianças, simplesmente por ele ser trans, sem mais nenhum embasamento. Essa pessoa trabalhava em outro anexo, distante de mim, e até hoje, nunca chegamos a conversar, porque nos encontramos pouquíssimas vezes. Nunca soube se ele teve conhecimento dessas violências, apesar de imaginar que sim. Isso me fez perceber como mesmo um profissional reconhecido e experiente pode ter sua reputação destruída somente por não atender aos padrões de cisheteronormatividade, e me assustou pela forma que ele foi totalmente retirado da condição de ser humano pelas pessoas, visto somente como uma aberração, como um marginal, basicamente um perigo ambulante. Eu me vi naquele senhor, na sua cor escura, nos seus traços típicos amazônidas, na sua androginia, e acima de tudo, na sua exclusão.

A partir desses dois eventos, e também pela sensação de necessidade de escrever sobre a comunidade que faço parte, este trabalho nasceu. Durante a graduação, fiz parte de pesquisas e projetos com diferentes públicos: adultos, idosos, crianças, adolescentes, sujeitos com transtornos psicológicos graves, entre outros. Mas até aquele momento, não havia trabalhado com a temática da transgeneridade. Então, senti a urgência de me aprofundar nisso, visto que era uma vivência que eu tinha, mesmo não sendo assumido em todos os meios sociais que frequento. Sentia que devia isso à população transgênero nortista, e também a mim mesmo. Hoje, consigo olhar e perceber o quanto este trabalho ajudou não só na minha formação acadêmica, mas também na minha própria trajetória como jovem pessoa trans. Durante a elaboração desta pesquisa, consegui parar de esconder minha identidade em alguns lugares que eu ainda temia me assumir, e aprendi, aos poucos, a colocar limites nas violências que sofri em decorrência disso. Enquanto eu lia, analisava, escrevia e reescrevia, vivi na pele muitos dos fenômenos que busquei descrever aqui, de forma nua e crua.

Talvez, para você, leitor, este trabalho lhe pareça muito repetitivo, muito maçante, muito pesado. Entretanto, essa é a realidade de quem é transgênero no Norte, as mesmas violências se repetem quase todos os dias, desde a nossa infância até a vida adulta. Apesar da subnotificação, diariamente pessoas trans são vítimas de violações de direitos, em diferentes ambientes. E se lhe parece uma perspectiva muito obscura, bem, infelizmente se trata de um cenário real. E que pode parecer algo impossível de enfrentar, mas não é. A partir da resistência não violenta, dos

movimentos sociais, das produções acadêmicas e da solidariedade entre a comunidade LGBTQIAPN+, a transfobia pode ser combatida. Todos os dias, há sujeitos trans em sofrimento, isso é inegável. Contudo, atualmente há ativistas, estudiosos e voluntários que buscam desconstruir as estruturas sistemáticas que violentam as vidas trans, e que, mesmo que aos poucos, têm sido geradores de mudanças e avanços.

Este humilde trabalho tem como objetivo ser um início dessa prática de não violência. Aqui, busco expor uma realidade que as instituições buscam esconder: que as pessoas trans estão sendo constrangidas, expostas, violadas, assassinadas e suicidadas. Ao mesmo tempo, quero ajudar essa população a se erguer, a ver potenciais caminhos para além disso, e mesmo colaborar na construção desses. Quero fazer parte das vozes que ecoam contra as opressões da do racismo, heterossexualidade, da cisgeneridade e da binaridade. Quero romper com uma epistemologia que vê o ser trans como um mero objeto a ser explorado, nunca visto ou escutado de forma acolhedora. Quero ser o monstro que vos fala, que vos critica, que vos destrói e reconstrói.

## 2. INTRODUÇÃO

Segundo Silva et al. (2020) e Oliveira et al. (2023), o termo “trans” engloba um grupo de identidades socialmente concebidas, nas quais o sujeito não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído a partir de seu sexo percebido, baseado a partir de características morfológicas de seus genitais externos e de um enquadramento nos papéis de gênero binaristas. Assim, transexual ou transgênero é o indivíduo desviante aos modelos cisnormativos, que busca ser lido socialmente e viver de forma divergente ao gênero que lhe foi designado ao nascer. Entre as transidentidades, compreendem-se as mais comumente conhecidas, como homens e mulheres trans, travestis e não-binários, contudo, a comunidade trans não se resume a estas, sendo composta por formas únicas e multi plurais de identificação e expressão de gênero, que vão muito além do cisheteronormativo.

Nacionalmente, apesar da expressiva carência de dados oficiais acerca da comunidade trans, estima-se que 2% dos brasileiros adultos identificam-se como transgênero ou não-binário, o que corresponde a cerca de 3 milhões de pessoas, representando uma parcela significativa da população nacional (Spizzirri, 2021). Com isso, torna-se ainda mais alarmante que o Brasil lidere, há 16 anos consecutivos, o ranking de países que mais matam pessoas trans<sup>5</sup>. O assassinato é uma das violências mais cruéis que acomete esse grupo, contudo não é a única. Pelo contrário, muitos que tiveram suas vidas ceifadas pela transfobia anteriormente conviveram com discriminações em diferentes formas, como violação a direitos humanos básicos, agressões verbais, físicas e sexuais, entre muitas outras. É necessário destacar que se trata de um cenário extremamente subnotificado, em que por vezes a realização de denúncias é dificultada ou não identificada como agressão transfóbica (Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil, 2024).

A marginalização sofrida pelas pessoas trans tem graves efeitos em sua autoestima e em sua saúde mental no geral. Poucos têm uma rede de apoio, assim como uma estabilidade financeira, precisando priorizar por suas sobrevivências. Esses fatores propiciam o adoecimento psíquico, que se agrava com a ausência de tratamento psicoterapêutico adequado, algo que grande parte da população transgênero ainda não tem acesso. Segundo Alves e Semente (2023), especialmente entre os mais jovens, torna-se cada vez mais comum a presença de ideação suicida e de violência autoprovocada. Tal realidade se agrava em regiões mais isoladas, como

---

<sup>5</sup> Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê. **CNN Brasil**. Belém. Disponível em: [Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê | CNN Brasil](#)

nos estados do Norte brasileiro, em que as políticas públicas de apoio à comunidade LGBTQ+ são precárias e o acesso a serviços torna-se restrito devido às questões logísticas e institucionais.

O tema em questão foi escolhido devido a sua relevância no cenário atual, em que há uma maior visibilidade e reconhecimento da causa da transgeneridade, ao mesmo tempo em que episódios violentos contra essa população ocorrem com significativa e preocupante frequência no Brasil, especialmente no Norte do país, em que esse cenário se agrava devido à subnotificação dos casos, considerando especificidades dessa região, como o isolamento territorial, dificuldades de acessar serviços de denúncia, questões socioculturais, entre outros fatores. Nesse contexto, o reconhecimento dessa realidade torna-se obscurecido, o que implica diretamente na dificuldade de adoção de medidas preventivas, no acolhimento e proteção de vítimas e na investigação e punição de agressores.

No geral, a literatura descreve diversos tipos de violências cometidas contra pessoas transgêneros na Região Norte, que se apresentam em diferentes ambientes e meios sociais, muitas vezes desde a infância das vítimas, ainda que de maneira velada. Com isso, observa-se significativos impactos desse cenário em muitos aspectos das vivências de indivíduos trans, o que causa intenso sofrimento emocional, podendo gerar pressões ambientais adoecedoras e afetar diretamente a qualidade de vida dessa população. As violências vivenciadas desde o início da vida perpetuam-se até a vida adulta, de forma ainda mais ampliada, pois ocorrem nos mais diversos lugares e das mais variadas formas. Relatos de dificuldade de acesso aos serviços públicos, como assistência e saúde, são extremamente comuns, tanto por questões logísticas e pela sua precariedade ou ausência, devido à negligência do poder público quando se trata de vidas transgêneros. Mesmo quando há como acessar esses serviços, a invalidação e estigmatização são constantes. Algumas das violências mais comuns são: uso proposital de pronomes errados e do nome morto (nome civil), assim como sua exposição, desencorajamento do processo de transição de gênero, atendimento negado e tratamento discriminatório (Guedes, 2024).

O sofrimento e adoecimento psíquico ocorre comumente entre pessoas trans nortistas, em decorrência de tantas opressões sofridas. De acordo com Wittmann (2016) e Costa (2023), a presença de sintomas depressivos e ansiosos, auto isolamento, tentativas e o suicídio propriamente dito costumam acometer essa população, principalmente quando não há uma rede de apoio. O processo de destransição também tende a ser iniciado em decorrência desses fatores, por muitos indivíduos transgêneros se sentirem abandonados e com poucas oportunidades de vida após se assumirem, preferindo desistir da transição por não conseguirem suportar tantas violência e rejeição.

Tendo isso em vista, esse trabalho busca analisar os impactos da estigmatização e de violências cometidas contra pessoas trans e sua relação com o adoecimento psíquico, por meio da revisão narrativa da literatura e dos achados documentais no contexto da Região Norte do Brasil. Especialmente no âmbito da Psicologia, compreender os impactos da transfobia na saúde mental dessa parcela da população faz-se essencial para a formação de profissionais, que se deparam constantemente com a realidade de pessoas trans em sofrimento e adoecimento psíquico. O enfoque nas produções acadêmicas do Norte do país se justifica pela necessidade de mais pesquisas desenvolvidas acerca da literatura nortista, especialmente ao abordar a transgeneridade, considerando os complexos aspectos socioculturais e regionais que marcam a realidade das pessoas trans dessa região.

### **3. OBJETIVOS**

#### **3.1. Objetivo Geral**

Analisar os impactos da estigmatização e de violências cometidas contra pessoas trans e sua relação com o adoecimento psíquico, por meio de uma revisão narrativa da literatura e dos achados documentais no contexto da Região Norte do Brasil.

#### **3.2. Objetivos Específicos**

a) Identificar as formas de estigmatização e violências que acometem mais frequentemente a população transgênero da Região Norte;

b) Investigar quais aspectos da vida desse grupo tendem a ser mais prejudicados em função dos impactos da transfobia;

c) Analisar como a literatura explora o desenvolvimento de transtornos psicológicos nessa população

d) Investigar se há uma associação do adoecimento psíquico vivenciado por pessoas trans da Região Norte com ideação suicida.

## **4. METODOLOGIA**

### **Métodos Mistos**

A metodologia deste estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, conduzida por meio do uso de diferentes plataformas e fontes de dados. O processo seguiu as seguintes etapas:

#### **4.1. Pesquisa em bases diversas**

- Busca inicial no Google: Foram utilizadas palavras-chave para identificar produções acadêmicas sobre o tema violência contra pessoas trans na região Norte do Brasil (“pessoas trans”, “trans”, “transgênero”, “travesti”, “violência”), juntamente com o nome do estado da região Norte.
- Busca em bases acadêmicas: Posteriormente, foram consultadas plataformas como Google Acadêmico, SciELO e os repositórios de trabalhos finais, dissertações e teses de universidades públicas da região Norte (Amazonas, Roraima, Rondônia, Tocantins, Amapá e Acre).

##### **4.1.1. Critérios de inclusão e exclusão:**

Foram incluídas produções acadêmicas que abordam a temática de pessoas trans e a violência contra elas, publicados nos últimos 10 anos.

Foram excluídas produções acadêmicas que apresentassem abordagens que naturalizam procedimentos relacionados à violência.

#### **4.2 Pesquisa documental**

A pesquisa também incluiu uma etapa de levantamento documental, com foco na análise de notícias publicadas nos últimos 10 anos sobre violência contra pessoas trans na região Norte do Brasil. O objetivo dessa abordagem é complementar as informações obtidas nas fontes acadêmicas, ampliando a compreensão do tema a partir de relatos e dados divulgados pela mídia local e nacional.

Essa etapa envolveu a busca sistemática em portais de notícias e outros meios de comunicação digital, utilizando palavras-chave relacionadas à violência contra pessoas trans

(“trans”, “travesti”, “transgênero”, “violência”, “agressão”, “assassinato”, “homicídio”) e especificando a delimitação geográfica para os estados da região Norte (Amazonas, Acre, Amapá, Rondônia, Roraima, Tocantins e Pará). Posteriormente, também foram consultadas plataformas como o Observatório Trans<sup>6</sup> e Remembering Our Dead<sup>7</sup>, com o objetivo de obter uma visão mais ampla do cenário de violações de direitos humanos contra a população trans. Dessa forma, foram utilizados filtros de pesquisa para identificar casos de violências somente na região Norte brasileira no intervalo de 2015 a 2025.

### **4.3 Análise e revisão de literatura**

Para análise das produções acadêmicas, foi realizada uma leitura minuciosa dos materiais, e posteriormente foi construído um quadro analítico, com as principais informações e resultados obtidos de cada estudo, conforme os objetivos desta pesquisa. O método escolhido para a análise dos achados foi a Análise Temática, que tem como objetivo "identificar, analisar, interpretar e relatar padrões (temas) a partir de dados qualitativos" (Souza, 2019, p. 52). Tal abordagem visa gerar uma análise interpretativa dos dados, buscando identificar padrões de significado. Esse processo envolve seis etapas. Assim como em outras formas de análise qualitativa, não há regras rígidas, sendo possível adaptar as etapas conforme necessário (Rosa; Mackedanz, 2021).

Segundo Souza (2019), a primeira fase consiste na familiarização com o conteúdo, realizando uma leitura completa e procurando por padrões e significados, e ao final espera-se ter uma compreensão inicial dos dados. Na segunda fase, inicia-se a codificação, organizando os dados em grupos que contenham significados. Essa codificação pode ser baseada em conteúdos latentes ou semânticos, com o objetivo de criar uma lista de códigos identificados nos dados. Na terceira fase, busca-se agrupar diferentes códigos em categorias mais amplas, chamadas de temas, que podem incluir subtemas. Essa etapa termina com uma lista de possíveis temas que serão refinados posteriormente. A quarta fase é utilizada para refinar os temas selecionados anteriormente, podendo resultar na exclusão, divisão ou união de temas. Após essa revisão, na quinta fase, cada tema é analisado minuciosamente para ser nomeado. Por fim, na sexta e última fase, é realizada uma análise final para fornecer uma descrição coerente da história revelada pelos dados.

---

<sup>6</sup> Disponível em: [Monitoramento de Violência](#)

<sup>7</sup> Disponível em: [Remembering Our Dead](#)

A partir da análise da literatura, e seguindo os objetivos desta pesquisa, obteve-se cinco categorias temáticas principais: (1) Sofrimento sem fim: Violações no ciclo de vida de pessoas trans, (2) Os Não-Lugares ocupados por transgêneros amazônidas: Impactos e prejuízos da transfobia no Norte, (3) O adoecer psíquico: Riscos para a saúde mental e desenvolvimento de transtornos psicológicos entre pessoas trans, (4) Pessoas trans não se suicidam, são suicidadas: Ideação suicida na população transgênero e (5) A força da não-violência: Práticas de resistência no cenário transgênero amazônida.

#### **4.4 Análise da revisão documental**

Os registros midiáticos encontrados foram lidos e analisados com o propósito de identificar padrões recorrentes nas notícias. Dessa forma, foram catalogados casos de maior repercussão pública, contextos sociais e regionais em que ocorreram os atos de violência, bem como a identidade de gênero das vítimas. Além disso, foram avaliadas a frequência e a visibilidade desses episódios, e como esses são retratados pela mídia. Assim, o exame detalhado dos materiais visou compreender não apenas a ocorrência dos fatos, mas também as narrativas construídas em torno deles.

A análise das notícias forneceu dados importantes sobre a realidade enfrentada pelas pessoas trans na região, permitindo traçar paralelos com as informações obtidas na literatura acadêmica e complementar o panorama abordado neste estudo, criando uma linha do tempo no processo de desenvolvimento humano de pessoas transgêneros durante seu ciclo de vida. Tendo como as quatro categorias temáticas principais como base, os dados obtidos pela pesquisa documental acrescentaram elementos essenciais, colaborando para a melhor compreensão do conteúdo trabalhado na literatura, e como as violências e outras formas de violações de direitos afetam essa população, na prática do cotidiano nortista.

#### **4.5 Embasamento teórico para a análise dos achados**

Para a complementaridade da análise dos dados coletados através da revisão narrativa da literatura e da pesquisa documental, utilizou-se obras de dois teóricos estudiosos de gênero, sexualidade e teoria queer: Judith Butler e Paul B. Preciado. Ambos, ao abordarem criticamente as normatividades de gênero e os dispositivos de poder que as sustentam, oferecem instrumentos conceituais potentes para compreender os impactos da violência nessa população. Ao mesmo tempo, também se destacam por seu local de fala enquanto sujeitos queers que estudam essa temática, e que experienciam a transgressão das fronteiras de sexualidade e

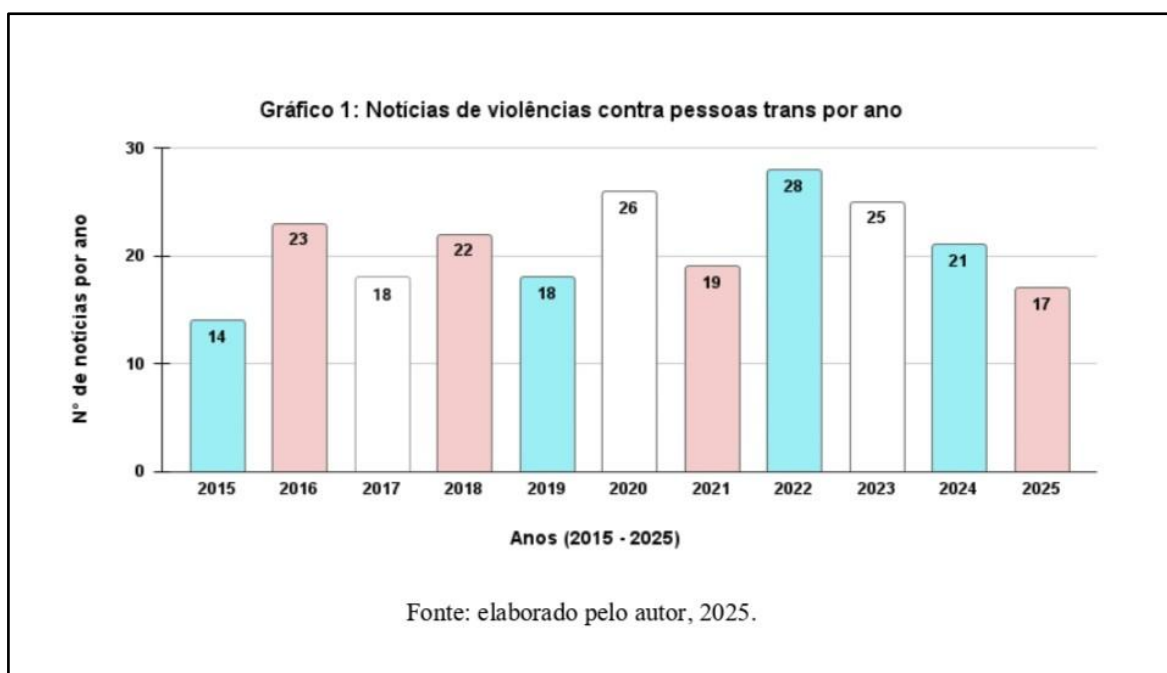
gênero, trazendo para o debate uma perspectiva encarnada, que articula vivência e reflexão crítica. Sua fuga das performances cisheteronormativas reflete justamente o que este trabalho tanto busca retratar. Assim, a escolha desses autores buscou corroborar e expandir a compreensão do cenário investigado, através de reflexões acerca da influência exercida das violentas estruturas sistêmicas contra as existências trans da região Norte. Portanto, Butler e Preciado são aqui mobilizados não apenas como referenciais teóricos, mas como vozes ético-políticas que tensionam os limites do reconhecimento, da linguagem e da própria possibilidade de existir e resistir.

## 5. RESULTADOS

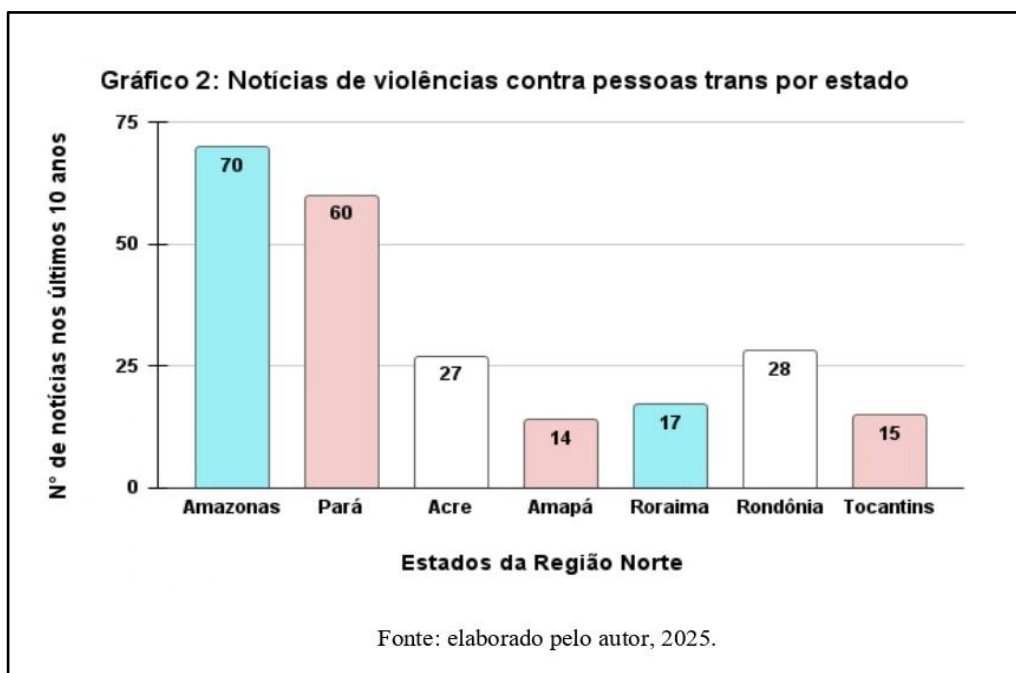
### 5.1 Pesquisa Documental: Notícias de violências cometidas contra pessoas trans entre os anos de 2015 a 2025

No total, foram encontradas 231 notícias que apresentavam ocorrências de violências cometidas contra pessoas trans, durante o intervalo dos anos de 2015 a 2025, nos sete estados da Região Norte do Brasil (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins). Os dados foram sistematizados em gráficos, possibilitando uma visão mais completa do cenário.

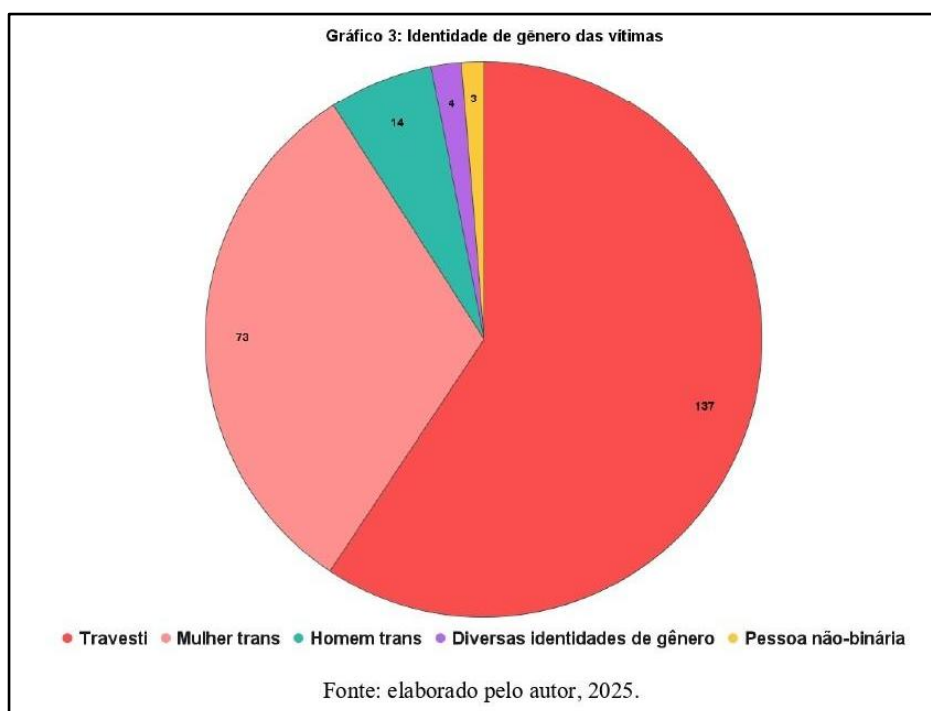
O Gráfico 1 apresenta a quantidade de notícias de episódios de violências contra pessoas trans, em cada ano do período analisado. Observa-se que o ano de 2022 se destacou pelo maior número de casos de violências transfóbicas durante os últimos dez anos na região. Além disso, deve-se frisar que os números do ano corrente (2025) estão suscetíveis a alterações, visto que a pesquisa documental foi finalizada nos primeiros dias de outubro, não compreendendo ocorrências noticiadas nos meses posteriores.



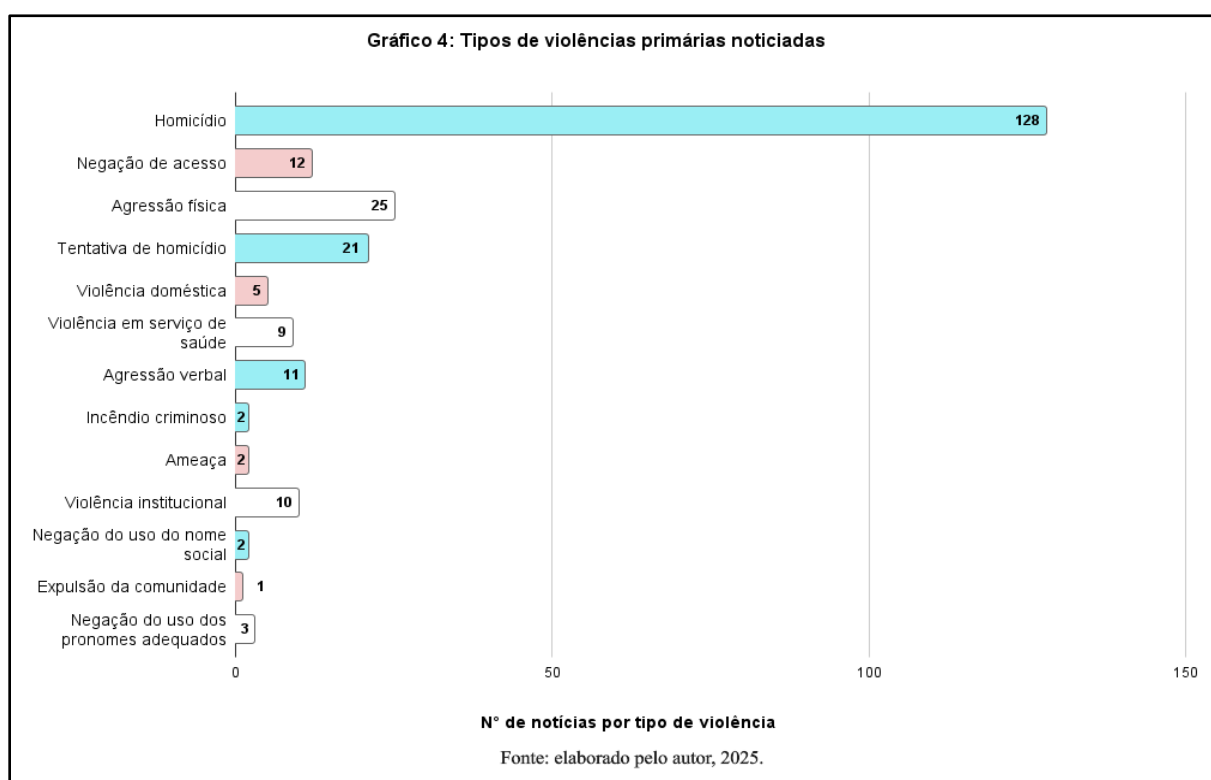
Por outro lado, o Gráfico 2 mostra o número total de casos noticiados no intervalo dos últimos dez anos, em cada estado do Norte brasileiro. Nota-se que Amazonas e do Pará apresentam dados extremamente altos, especialmente quando comparado com os outros estados da região.



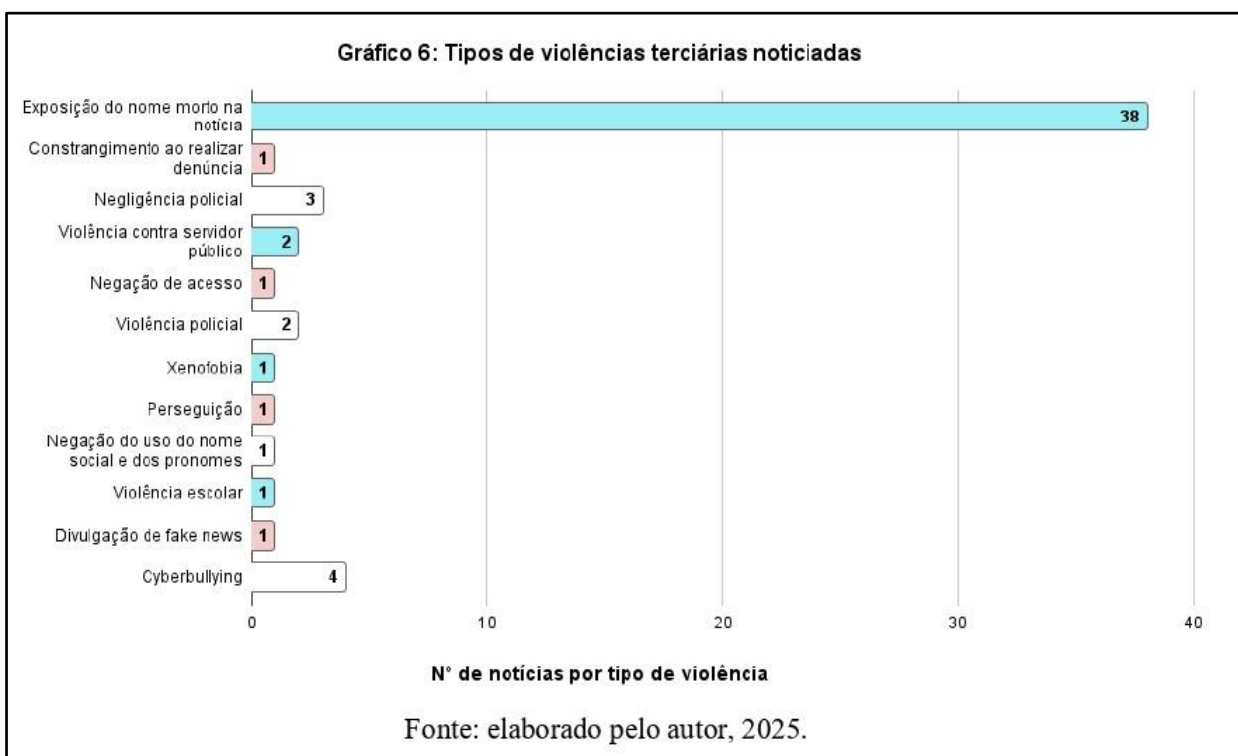
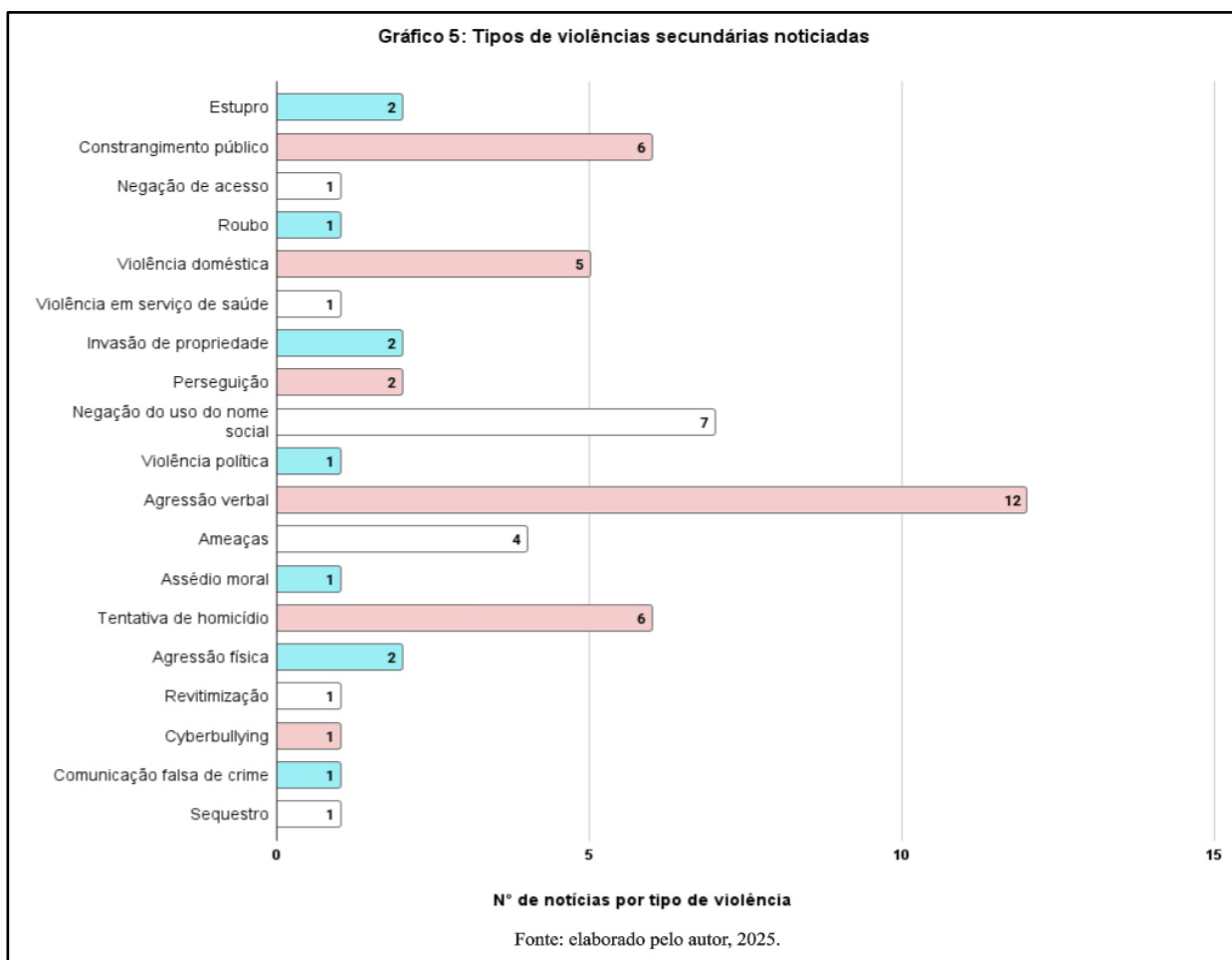
O Gráfico 3, por sua vez, explora a identidade de gênero das vítimas de violências noticiadas nos estados nortistas. Uma significativa parte das notícias têm pessoas transfemininas (mulheres trans e travestis) como alvo de violências, representando a grande maioria dos achados documentais analisados, quando somadas as categorias. Sujeitos com diferentes identidades, como homens trans, pessoas não-binárias e grupos com pessoas trans de identidades diferentes entre si também foram vítimas das ocorrências registradas.



Os gráficos 4, 5 e 6 apresentam os tipos de violências noticiadas na região, durante o período de 2015 a 2025. As violências foram classificadas como primárias, secundárias e terciárias<sup>8</sup>, pela ordem em que eram relatadas nas notícias, visto que era comum que um único achado documental apresentasse uma série de violações cometidas contra as vítimas, de forma simultânea ou em períodos e ambientes diferentes. Observa-se que os tipos de violências transfóbicas que mais foram noticiadas são casos de homicídios, tentativas de homicídio, agressões físicas e exposições do nome morto nas notícias.



<sup>8</sup> Essa classificação é baseada na ordem em que as violências aparecem nas notícias. Por exemplo, quando uma reportagem anuncia um homicídio ou uma agressão física no título ou no início do texto, essa é classificada como violência primária. Contudo, a leitura completa por vezes revela outras violências, como agressões verbais anteriores, configurando violências secundárias. Já as violências terciárias tendem a não aparecer explicitamente e, em muitos casos, nem sequer são reconhecidas como tais, mas podem ser identificadas após uma análise mais atenta.



## **5.2 Produções acadêmicas sobre violências contra a população transgênero na região Norte publicadas entre os anos de 2015 a 2025**

No total, foram identificadas 54 produções acadêmicas que retratam as vivências de pessoas trans com violências e outros tipos de violações de direitos, realizadas nos municípios e estados nortistas. A partir dessas, elaborou-se um quadro analítico, contendo suas referências bibliográficas principais (autor(es), título e ano de publicação), o local em que o estudo foi realizado (municípios e/ou estados) e uma síntese dos resultados obtidos, conforme apresentado no Quadro 1.

Observa-se uma grande diversidade quanto aos locais de estudo, sendo realizados tanto em grandes capitais regionais como Manaus e Belém, quanto em pequenos municípios interioranos. Além disso, há produções acadêmicas oriundas de quase todos os estados nortistas, com exceção do Acre, visto que não foi possível identificar nenhum estudo realizado neste estado que abordasse essa problemática, durante o intervalo de 2015 a 2025.

**Quadro 1:** Quadro analítico das produções acadêmicas sobre violências contra pessoas trans na região Norte publicadas entre 2015 - 2025

Nº	Referências	Local	Resultados
1	ALBUQUERQUE (2024). Motivos pelos quais a população de Mulheres Trans e Travestis não procuram atendimento na Unidade Saúde da Família	Manaus/AM	A discriminação e o despreparo dos profissionais são os principais fatores de afastamento dessa população dos serviços de saúde. Há um forte medo de constrangimentos e violências, como o desrespeito ao nome social e atendimento de baixa qualidade. Há muitos relatos de violências simbólicas e institucionais, o que gera desconfiança e baixa procura por atendimentos de saúde. Além disso, o estudo destaca a ausência de políticas públicas específicas e capacitações de profissionais.
2	ALMEIDA (2022). Perspectivas e vivências de microagressões de pessoas trans e travestis na cidade de Manaus	Manaus/AM	As microagressões constituem uma forma cotidiana e persistente de violência simbólica, que atravessa a vida de pessoas trans e travestis. Elas reforçam desigualdades, dificultam o acesso a direitos essenciais, como saúde e educação, e agravam a marginalização dessa população.
3	ALMEIDA, NEVES & DANTAS (2024). Experiências de microagressões contra a identidade não binária	Manaus/AM	Pessoas não-binárias deparam-se de forma cotidiana com violências simbólicas, em diversos meios sociais. Mesmo sendo sutis, as microagressões geram uma forte sensação de invisibilidade, desgaste emocional, questionamentos sobre legitimidade da própria identidade e autoisolamento.
4	ARAÚJO (2019). Avaliação da imagem corporal, autoestima e qualidade de vida da população transexual	Palmas/TO	Há barreiras e desafios para a população trans em relação à imagem corporal, incluindo a discordância entre a identidade de gênero e a percepção do corpo, que pode agravar a disforia corporal de gênero, dificuldades de acesso a procedimentos de transição (hormonização, cirurgia), além de fatores sociais, como agressões, discriminações e marginalizações, que afetam a autoestima e a qualidade de vida desses indivíduos.
5	BARROS (2018). “Corpo feito no olho para o olhar”: contornos da trans-formação de gênero nas experiências das trans -travestis no contexto de prostituição em Araguaína - TO	Araguaína/TO	O trabalho sexual é uma das poucas alternativas que pessoas trans têm para se sustentar e para conseguirem financiar seu processo de transição de gênero. Assim, há uma exposição a contextos de violência, preconceito e exclusão social. A discriminação se faz presente em diversos momentos de suas vidas e em variados meios sociais, como a família, escola e mercado de trabalho.

6	BARROS (2018). Sujeitos “transviados”: a situação do atendimento de saúde das pessoas trans em Araguaína - TO	Araguaína/TO	O atendimento à saúde para a população trans é de difícil acesso, pouco humanizado e acolhedor. Há precariedade e incerteza na continuidade de projetos voltados ao público. Muitos enfrentam violências como: desrespeito ao nome social, preconceito no mercado de trabalho e na escola. A rejeição familiar é mencionada como agravante para a qualidade de vida de pessoas trans, culminando no sofrimento psíquico, depressão e dependência química.
7	BARROSO & CARDOSO (2018). O não lugar de pessoas trans no currículo da disciplina educação física em escolas de Belém do Pará	Belém/PA	Devido às imposições sociais, muitos transgêneros relataram dificuldades de auto aceitação no início de sua transição. Na escola, foram vítimas de discriminação, especialmente em instituições religiosas. O preconceito era, por vezes, naturalizado. Quanto às experiências na educação física, a divisão por sexo biológico excluía pessoas trans das atividades, levando à não participação.
8	CABRAL (2024). Os sonhos de pessoas trans no estado do Pará: a liberdade ou a capacidade de se autodeterminar	PA	Muitos sonhos de pessoas trans são adiados ou abandonados, devido à prioridade pela sobrevivência frente à vulnerabilidade. A busca por estabilidade, incluindo a transição de gênero, faz com que muitos deixem demais realizações pessoais para um futuro em que tenham maior segurança. O estigma social causa evasão escolar, dificuldade de emprego e incertezas sobre o futuro. Vários relatam dificuldade em ter esperanças e demonstram preocupação com a baixa expectativa de vida da população trans.
9	CAMBRAIA (2020). Cidadania transviada: violência de gênero contra travestis e transexuais em Macapá - AP	Macapá/AP	A violência está presente desde a infância de pessoas trans, quando são rejeitadas por não atenderem às expectativas sociais. Essa exclusão ocorre na família e na escola, levando à evasão escolar e ao rompimento familiar. A rejeição social gera sofrimentos psíquicos extremos, que podem culminar no desenvolvimento de ideias suicidas. Diante dessas violações, muitos transgêneros migram de interiores para a capital, em busca de sobrevivência, recorrendo à prostituição e enfrentando riscos e invisibilidade social.

10	COSTA et al. (2023). Pessoas trans, identidade de gênero, autopertencimento: olhar fenomenológico	Manaus/AM	Muitas pessoas trans se encontram em sofrimento psíquico, em decorrência das violências sofridas, havendo relatos de ideação suicida. Dessa forma, há a adoção do auto isolamento para evitar vivenciar agressões. Também foi mencionada a importância da psicoterapia e da presença de uma rede de apoio, como forma de prevenção a agravos psicoemocionais, proporcionando um ambiente mais seguro para esses indivíduos.
11	COSTA (2023). Navego pelas águas amazônicas da transformação: ideações e tentativas de suicídio em homens trans e pessoas transmasculinas	Manaus/AM	As violências sofridas por pessoas transmasculinas, especialmente no meio familiar, são agravantes significativos para o adoecimento psíquico e ideações suicidas. Desde a infância, muitas enfrentam abusos e a negação de suas identidades, o que causa profundo sofrimento emocional. A dor e a rejeição levam alguns a tentar o suicídio. A repressão constante afeta a autoestima, gerando sentimentos de marginalização, inadequação e auto-ódio em relação à própria identidade e corpo.
12	DANTAS (2023). Transmasculinidades e parentalidade: produção de sentidos e significados de homens trans que engravidaram antes da transição de gênero	Manaus/AM	As trajetórias transmasculinas são marcadas por violências e dores, desde o início de suas vidas. As transformações corporais da puberdade são geradoras de disforia de gênero, que somadas às repressões familiares, fragilizam o psicológico desses sujeitos. Após engravidarem, muitos vivenciaram sentimentos de medo, desconforto e tensão, além de terem sua identidade de gênero, sexualidade e lugar como pai constantemente negados. Suas vivências são permeadas por discriminações e negações de acesso, agravando a angústia sofrida. Há relatos de tentativas de suicídio, uso de drogas e desejo de detransição, além do uso da religião como forma de conversão.
13	DANTAS et al. (2024). Sentidos e significados de parentalidade entre homens trans que engravidaram antes da transição de gênero	Manaus/AM	As vivências de parentalidade de homens trans são marcadas por estigmas, desde o meio familiar e social até em serviços públicos, o que deixa pais e filhos vulneráveis às violações. Esses homens têm seus lugares de pai negados, assim como sua identidade de gênero e sexualidade. Suas famílias são questionadas por não seguirem os moldes tradicionais, e é comum ocorrer o acúmulo de papéis parentais. Há muitos obstáculos burocráticos, tanto para a retificação do nome nos próprios documentos quanto nos dos filhos, o que prejudica o acesso a direitos essenciais.

14	DUQUE (2015). Ser travesti: significados atribuídos por um grupo de travestis da cidade de Manaus	Manaus/AM	Manaus é descrita como mais conservadora e violenta do que outras capitais, como São Paulo. Algumas participantes acreditam que isso ocorre por ser “uma cidade primitiva”. Há relatos de transfobia na família, na escola e na universidade. Quanto à empregabilidade, muitas têm dificuldades de conseguir empregos fora do trabalho sexual, mesmo quando qualificadas. A negação de acesso ao banheiro feminino também é comum. Relata-se também preconceito e rivalidade entre travestis, que desencadeia brigas, agressões e até assassinatos.
15	FALCÃO (2017). Nome social de estudantes travestis e transexuais: caminhos para uma pedagogia transformadora	Porto Velho/RO	Apesar de haver normativas que assegurem o direito ao uso do nome social nas escolas, a sua implementação efetiva ainda enfrenta muitas barreiras. Há uma resistência por parte das instituições de ensino, assim como de professores e demais funcionários, o que culmina na violação de direitos de estudantes trans, que não têm seu nome social e sua identidade de gênero respeitadas.
16	FALCÃO (2020). Professoras travestis e transexuais em Rondônia: trajetória, desafios e perspectivas	Porto Velho e Machadinho do Oeste/RO	Destacou-se o sofrimento causado pela não aceitação de suas identidades por suas famílias, mas após o alcance de maior estabilidade em suas vidas, ocorre a conquista de sonhos e desejos, através da transição de gênero, o que aumentou a autoestima das entrevistadas. Atualmente, afirmaram se sentir mais respeitadas, pela posição que conquistaram na sociedade como professoras, contudo não é uma realidade protegida de constrangimentos e ataques transfóbicos, como fofocas e a incapacidade de lidar de forma respeitosa com alguém trans.
17	FERNANDES (2021). A (Re)existência da transfeminilidade de “pessoas indígenas T” Javáe e Karajá aldeadas da Ilha do Bananal na Amazônia Tocantina	Ilha do Bananal/TO	Pessoas trans indígenas enfrentam constantes preconceitos e invisibilização, tanto dentro quanto fora de suas aldeias, em um contexto marcado por interações com a sociedade nacional e políticas públicas insuficientes. Além da transfobia, são vítimas de racismo, o que lhes deixa em uma posição de significativa vulnerabilidade social.
18	FERNANDES (2018). “Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação’: cotidiano das transgeneridades femininas em situação de rua na cidade de Manaus - AM	Manaus/AM	O estudo aborda as vivências de pessoas transfemininas em situação de rua, suas histórias, dores e relações. Evidencia-se as frágeis redes de apoio dessa população, o que põe em risco sua vida, pela vulnerabilidade de sua saúde e integridade, devido às condições insalubres e violências que estão expostas enquanto estão na rua.

19	FERNANDES (2022). (Trans)Midiático: Autobiografia Trans	Macapá/AP	Apresenta-se uma narrativa de uma pessoa trans, marcada precocemente por angústias ligadas à inadequação de gênero, que se agravou a partir da puberdade. O desenvolvimento de quadros depressivos, agravados pelas violências sofridas demonstram a fragilidade dos laços sociais entre pessoas trans e a comunidade. Em decorrência dessa rejeição, houve a necessidade de se distanciar socialmente, para se proteger das violações.
20	FERNANDES (2025). Entre a formação e a (trans)formação: experiências e resistências de estudantes trans na Universidade Federal do Amapá	Macapá/AP	As narrativas de estudantes trans são muito sofridas, por serem permeadas por microagressões e violências explícitas, desde suas infâncias. Apesar da universidade ser tido como um ambiente acolhedor à diversidade, e que possibilitou maior liberdade para os alunos trans, não é um lugar isento de discriminações, visto que há relatos de agressões dentro do contexto universitário.
21	FILHO, NASCIMENTO & CASTRO (2021). Pacientes trans e cuidado multiprofissional em centros de atendimento psicossocial	Palmas/TO	Há um aumento de pessoas trans indo aos CAPS, devido ao adoecimento psíquico sofrido por essa população, influenciado pelas violações sociais que passam. Ao mesmo tempo, nota-se que os profissionais de saúde ainda não estão preparados para atender o público, algo que eles admitem, não tendo noções básicas acerca da transgeneridade. Isso, por vezes, faz com que revitimizem os pacientes, mesmo que não intencionalmente, ao desconsiderar seu nome social e pronomes.
22	GAMA, OLIVEIRA & HARAYAMA (2021). Obstáculos no acesso à cidadania de homens trans em instituições de ensino superior do Baixo Amazonas, Pará	Santarém/PA	A realidade dos homens trans inseridos no contexto universitário ainda é repleta de fragilidades quanto à garantia de respeito e acolhimento desses estudantes. Algumas das violações são o uso do nome morto, desrespeito ao nome social e aos pronomes adequados. Essas falhas institucionais resultam em impactos significativamente negativos como sentimento de invisibilidade, desconforto, precarização da participação acadêmica, e um risco maior de evasão ou desempenho acadêmico prejudicado.

23	GOMES (2023). OLHARES DA/NA CI(S)DADE: transexualidades /travestilidades, raça e práticas nos espaços citadinos de Belém - PA “em plena luz do dia”	Belém/PA	Belém é vista como conservadora, LGBTfóbica e racista, o que afeta especialmente pessoas trans não brancas, vítimas de violências explícitas e simbólicas. A transfobia começa na infância, dentro da família e da escola, com abusos verbais, físicos, psicológicos e até estupros corretivos. Essas violências levam à depressão, tentativas de suicídio e à necessidade de fingir ser cisgênero para evitar represálias. Corpos trans são rejeitados em espaços elitizados e universitários, resultando em isolamento e agressões. O conservadorismo local é atribuído à ignorância e à ligação da cidade com valores considerados “antigos” ou “interioranos”.
24	GUEDES (2024). Assimetrias de acesso e (in)visibilidade das pessoas transgênero na Atenção Primária à Saúde de Porto Velho – Rondônia	Porto Velho/RO	Muitas pessoas trans evitam buscar atendimento médico devido a experiências traumáticas anteriores, o que leva à negligência da própria saúde e à procura por serviços apenas em situações graves. Essa população realiza poucos cuidados preventivos e enfrenta violências que remontam à infância, reproduzidas também nos serviços de saúde, afetando sua saúde mental. Como consequência, muitos recorrem à automedicação para tratar doenças e realizar a transição hormonal, expondo-se a sérios riscos à saúde.
25	JÚNIOR et al. (2024). Qualidade de vida relacionada à saúde de pessoas trans usuárias de serviço de saúde especializado em Manaus, 2023: um estudo transversal	Manaus/AM	Na avaliação da qualidade de vida de pessoas trans, o componente mental, especialmente o aspecto emocional, foi significativamente afetado de forma negativa. Discute-se acerca de como o processo transexualizador é marcado por violências e prejuízos psicológicos, o que pode explicar os resultados. Nota-se que os indicadores gerais foram inferiores quando comparados com outras populações transgêneras.
26	LIMA (2020). Cotidiano, violência e movimento social: histórias de uma travesti militante em Manaus (1996-2017)	Manaus/AM	Apresenta a história de uma travesti militante de um movimento LGBTQIAPN+. Relata que anteriormente à atuação no movimento, prostituía-se e conta sobre os conflitos entre as trabalhadoras de sexo travestis, culminando por vezes em violências. Nesse cenário, também eram comuns discriminações e agressões por passantes e clientes, assim como abuso policial.

27	LIMA (2021). Senhoras do Tempo: Cotidiano, trabalho e ativismos de travestis e transexuais em Manaus (1992-2019)	Manaus/AM	Destacam-se experiências de trabalho infantil e exploração sexual, acompanhadas de violência policial. Desde a infância, muitas pessoas trans relatam violências, que persistem na vida adulta. Há grande dificuldade de inserção no mercado de trabalho, e mesmo quando empregadas, as travestis sofrem transfobia. Também se observam rivalidades e preconceitos dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, uso de drogas e exagero em procedimentos estéticos em busca de um corpo idealizado. Critica-se, por fim, a ausência do Estado na criação e execução de políticas públicas voltadas a essa população.
28	LOPES (2020). “Morreu? Não vai dar em nada, melhor nem ter o trabalho”: uma análise dos assassinatos de travestis em Belém	Belém/PA	As travestis frequentemente vivem em condições precárias, estando mais suscetíveis à agressões e homicídios. A partir da análise de inquéritos policiais de assassinatos de travestis, constatou-se que a investigação frequentemente não reconhece a motivação de transfobia nos casos, e há uma tendência a minimização do crime ou atribuição a outros fatores (como envolvimento com prostituição, drogas ou disputas entre travestis), em vez de situá-lo como crime trans-fóbico. Apesar da gravidade das violências, há pouca repercussão ou medidas de justiça tomadas em muitos casos. Assim, a violência contra travestis não termina com o assassinato: há continuidade da violência simbólica pós-morte (uso do nome morto, negação da identidade de gênero da vítima, invisibilidade no registro oficial).
29	MELO (2024). Cuidado em saúde de mulheres trans e travestis: narrativas de trabalhadores/as da saúde e usuárias da Atenção Básica no interior do Amazonas	Manaquiri/AM	O estudo evidencia que ainda há necessidade de muitos avanços quanto à qualidade do atendimento de pessoas trans na Atenção Básica de Saúde, devido às falhas institucionais. Os gestores e profissionais não são capacitados para realizar os atendimentos, além do preconceito se fazer presente, o que faz com que as usuárias sofram constrangimentos e violências, gerando uma baixa procura desses serviços, devido à insegurança.

30	MIRANDA (2022). Eu quero ser um cara no mundo da vida: luta de um homem trans por reconhecimento	Belém/PA	A masculinidade é vista como maneira de classificar quem tem poder, o que faz com que homens trans sejam vistos como fracos e menos homens. Assim, há o desenvolvimento de inseguranças, que podem culminar na depressão e outros tipos de transtornos psicológicos. O isolamento e o ocultamento da transgeneridade foram relatados como formas de se proteger de violências. Tentativas de terapias de conversão, assim como a disforia de gênero são agravantes para o sofrimento psíquico. Observa-se que há uma busca por outras formas de masculinidade que sejam mais saudáveis, tanto para o indivíduo quanto para seus relacionamentos.
31	MIRANDA & PIMENTEL (2024). Tornar-se homem: reconhecimento da identidade psicológica transmasculina	Belém/PA	Desde cedo, pessoas trans precisam dissimular suas expressões e identidades de gênero, devido às represálias sociais, o que faz com que muitos desenvolvam tendências ao isolamento e sofrimento psíquico ainda na infância. A menstruação e puberdade são vistos como marcos significativamente negativos, potencializando a disforia de gênero. Violência, depressão e rompimento com familiares são comuns nas trajetórias transmasculinas, o que reforça à vulnerabilidade da população. Ao mesmo tempo em que vivem em constante tensão e hipervigilância, para evitar potenciais abusos, também buscam seguir modelos mais saudáveis de masculinidade.
32	MIWA, NEVES, & THERENSE (2022). Negociações cotidianas de travestis e mulheres trans trabalhadoras sexuais	Manaus/AM	A violência, estigmatização social e marginalização são frequentes nas vivências cotidianas de pessoas trans, agravando sua exposição à riscos. Muitas vivem em situações precárias de moradia e insegurança econômica, aumentando a dependência do trabalho sexual. O acesso a direitos básicos é constantemente negado, como saúde, educação e segurança, caracterizando-se como uma violência institucional.
33	MONTEIRO (2024). Cabelo, Corpo e Identidade: etnografia sobre a construção da identidade de mulheres trans e travestis em Manaus	Manaus/AM	Os cabelos, os corpos e a aparência estética no geral de pessoas transfemininas atuam como agentes de construção identitária e de resistência, especialmente em contextos marcados por desigualdades de classe, raça e gênero, como no cenário da cidade de Manaus. Há um enfrentamento constante de violências, sociais e institucionais, simbólicas e explícitas.

34	NAVES (2025). Saúde e bem-estar da população trans: autocuidado e os impactos do uso de hormônios sem acompanhamento médico	Porto Nacional/TO	A pesquisa evidencia que muitas pessoas trans recorrem à autohormonização devido à falta de acesso a serviços de saúde, demora no atendimento e preconceito no ambiente de saúde. Essa prática, embora possibilite a afirmação de identidade de gênero e alívio da disforia corporal, apresenta riscos significativos à saúde física e psicológica, incluindo alterações cardiovasculares e hormonais.
35	NETA (2025). Por trás do “normal”: Uma reflexão sobre a precarização da mulher transexual no mercado de trabalho na cidade de Parintins/AM	Parintins/AM	As mulheres trans sofrem forte exclusão social e discriminação, o que as leva para condições precárias de subsistência, muitas vezes restritas ao trabalho informal ou sexual. O estudo também discute como a transfobia estrutural e a falta de políticas públicas efetivas reforçam a marginalização dessa população, revelando que o conceito de “normalidade” no mercado de trabalho é excludente e cisnormativo.
36	NEVES (2019). “Política é vida”: ativismo e política de saúde trans em Manaus (AM)	Manaus/AM	Pessoas trans enfrentam diversas formas de violência, como abusos intrafamiliares, violência policial e discriminação, inclusive em espaços de militância. A transfobia é comum desde a infância, expondo a falta de proteção a crianças trans. A ausência de políticas públicas efetivas, especialmente na saúde, leva muitas à transição clandestina, com riscos à saúde. Apesar de haver recursos, o descaso institucional persiste. Manaus é vista como hostil à população trans, mais intolerante que outras capitais como São Paulo. O Norte foi uma das regiões onde o conservadorismo e a rejeição à “ideologia de gênero” se espalharam fortemente, sobretudo no Amazonas e em Roraima.
37	NUNES (2015). Significados da escolarização para travestis na cidade de Manaus	Manaus/AM	Apresenta as violências vividas na escola por essa população: verbal, física e sexual. Há um despreparo das escolas para lidar com alunos trans, o que se observa pela discriminação, inclusive quanto ao uso de banheiro. O ambiente escolar é visto como um lugar de luta. Alguns fatores que influenciaram o abandono da escola /universidade: questões financeiras, logísticas, exploração sexual e uso de substâncias psicoativas
38	OLIVEIRA & VALE (2024). Transcendendo obstáculos: desafios no mercado de trabalho para a população trans em Ariquemes - RO	Ariquemes/RO	Há grande dificuldade de pessoas trans se inserirem no mercado de trabalho, principalmente quando essas não têm seu nome retificado nos documentos. Os obstáculos começam nas entrevistas de seleção, e mesmo quando são qualificados, não são escolhidos. Há relatos de agressões transfóbicas diretas, quando esses conseguem trabalho, por parte de colegas, clientes e empregadores. No geral, Ariquemes é descrita como muito conservadora e precária de ações para LGBTQIAPN+s.

39	OLIVEIRA (2023). Por uma escuta subversiva: a clínica psicanalítica frente às transidentidades não-binárias	Manaus/AM	Os profissionais pouco conhecem acerca das identidades não-binárias, o que se traduz na invisibilização no contexto clínico, o que contribui para a patologização desses sujeitos. Esse desconhecimento foi atribuído às falhas na formação profissional e acadêmica, gerando um despreparo para lidar com pessoas não-binárias.
40	PORTO (2018). Sentidos atribuídos a partir da comunicação do diagnóstico de HIV/AIDS em mulheres transgênero à luz da fenomenologia de Heidegger	Manaus/AM	As vivências de mulheres trans soropositivas são muito diversas, pois envolvem desde aspectos da vida no trabalho sexual que lhes deixavam mais vulneráveis às infecções, até violências sexuais por cônjuges. Algumas conseguem lidar bem com o diagnóstico, e acreditam que as violências sofridas são piores do que a condição de saúde em si. Outras relataram crises emocionais, agravadas pelo diagnóstico, causando até mesmo tentativas de suicídios. Muitas se isolam e escondem a condição, pois sofrem uma dupla estigmatização: por serem trans e soropositivas.
41	ROCHA (2022). Infância trans: memórias e vivências entre a performatividade de gênero e a Gestalt-Terapia	PA e TO	As infâncias trans são marcadas por tentativas da família corrigir expressões de gênero tidas como desviantes, por vezes com a religião como um instrumento. Com isso, é comum que crianças e adolescentes trans encontrem-se em negação quanto à sua identidade de gênero, num processo de falta de auto aceitação.
42	RODRIGUES (2024). “Não quero mais trabalhar na rua” Uma análise discursiva de relatos de mulheres refugiadas transgêneros em Manaus	Manaus/AM	A pesquisa revela como a transfobia, o racismo e a xenofobia limitam as possibilidades de inserção de mulheres trans refugiadas no mercado formal de trabalho, levando muitas à prostituição como meio de sobrevivência. Suas vivências são marcadas por tensões entre identidade, migração e marginalização. Em síntese, o estudo evidencia que a rua, embora seja um espaço de risco e vulnerabilidade, torna-se muitas vezes o único território possível de existência para esse grupo.
43	SANTOS (2023). Territorialidades e interseccionalidades de mulheres trans* prostitutas na cidade de Macapá - AP	Macapá/AP	Pessoas trans enfrentam violências e falta de acesso a direitos básicos de forma cotidiana. A prostituição surge como forma de sobreviver e de financiar a transição. Há medo de envelhecer, devido à baixa expectativa de vida e à perda frequente de amigos. Muitas migram de interiores para Macapá em busca de melhores condições, mas encontram novas frustrações e violações. A evasão escolar é comum desde a infância, e, embora faltem dados oficiais, relatos e notícias indicam a frequência da violência transfóbica e a negligência do poder público, incluindo repressão policial.

44	SANTOS (2019). Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus	Manaus/AM	Mulheres trans enfrentam sofrimento contínuo, com violência familiar, escolar, universitária e laboral, além de disforia corporal e terapias de conversão que refletem a não aceitação de suas identidades. A violência sexual é frequente, e o medo de andar na rua é constante em Manaus, considerada intolerante e machista. Muitos relatam abalos psicológicos e desejo de fazer terapia. Ainda há um intenso preconceito nos serviços de saúde, especialmente em questões como a hormonização. Suas relações afetivas são marcadas por sexualização e ocultamento. O uso de substâncias é uma forma de lidar com as violações cotidianas.
45	SILVA & ALVARENGA (2024). Saúde mental de mulheres trans em situação carcerária no estado do Pará	PA	As mulheres trans privadas de liberdade enfrentam diversos tipos de violências e violações de direitos dentro do sistema prisional, tanto por parte de outros detentos quanto pelos funcionários das prisões. A discriminação institucional e o desrespeito à identidade de gênero agravam a vulnerabilidade, comprometendo o bem-estar mental desses indivíduos. Elas não têm acesso a cuidados em higiene e saúde, além de ficarem constantemente isoladas, o que prejudica suas qualidades de vida.
46	SILVA & MONTEIRO (2024). Potencializando o discurso trans por meio da trajetória de uma estudante não-binária	Boa Vista e Rorainópolis/RR	Trata-se de um relato sobre como a vivência num ambiente religioso desde a infância afeta uma pessoa trans, dificultando sua auto aceitação de gênero e criando uma pressão interna para seguir os padrões esperados pelo meio social em que vive.
47	SILVA (2022). Adoção da Profilaxia de Pré-Exposição para o HIV entre mulheres trans e travestis: um estudo qualitativo sobre sexualidade e saúde	Manaus/AM	Embora a PrEP seja reconhecida como uma importante estratégia de prevenção, sua adoção pela população trans ainda é limitada devido às barreiras sociais, estigma, desinformação e desconfiança em relação aos serviços de saúde. Há relatos de discriminação nos serviços de saúde, o que dificulta o acesso contínuo ao tratamento.
48	SILVA (2025). Percepções de gestores sobre o atendimento à mulheres trans venezuelanas em Boa Vista e Manaus	Boa Vista/RR e Manaus/AM	A pesquisa revela que, embora existam iniciativas de apoio humanitário, as políticas e práticas institucionais ainda são escassas e marcadas por deficiências ao lidar com as especificidades de gênero e migração. Os gestores reconhecem desafios como a falta de capacitação das equipes, escassez de recursos e preconceitos estruturais, que dificultam o acesso dessas mulheres à saúde, moradia, emprego e documentação, gerando violações a direitos básicos.

49	SILVA (2020). Transcidadania: luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus/AM	Manaus/AM	Um dos principais desafios das pessoas trans é o acesso aos serviços públicos, dificultado pela falta de informação, burocracia, barreiras logísticas e preconceito dos profissionais. Os entrevistados apontam a ausência da gestão local e a precariedade das poucas políticas existentes, além da falta de legislações e programas específicos. O avanço de direitos depende da pressão constante de movimentos sociais. A discriminação também compromete a continuidade nos estudos, o acesso ao trabalho e a conquista de estabilidade.
50	SOUZA & ALMEIDA (2021). Ele não morreu por ser homossexual, travesti; ele morreu porque ele era vagabundo”: a motivação nos assassinatos de travestis em Belém/PA	Belém/PA	Muitos homicídios têm como motivação a transfobia, contudo esses crimes são frequentemente descaracterizados pelas autoridades e pela mídia, sendo justificados por estigmas morais ligados à prostituição e criminalidade. Há uma naturalização da violência contra pessoas trans, a partir dum processo de desumanização e culpabilização das vítimas. Isso reforça a exclusão social dessa população, evidenciando a necessidade de reconhecimento e enfrentamento da transfobia como questão central de direitos humanos.
51	TAMBORINI (2023). Circuitos estéticos de pessoas trans no Ambulatório de Diversidade Sexual de Gênero de Manaus/AM	Manaus/AM	As violências aparecem como pano de fundo estrutural e cotidiano, incluindo transfobia, discriminação institucional e riscos sociais, que moldam a forma como os participantes planejam seus circuitos estéticos e buscam proteção. Há uma pressão para performance de padrões e aparências cisheteronormativas, o que afeta a autoestima dessa população.
52	TARABOSSO (2025). Como eu poderia me encontrar preso nessas conchas quebradas: conflitos familiares e atos de afirmação da subjetividade trans – os casos dos acolhidos e beneficiários da Casa Miga, de Manaus/AM (2020 a 2023)	Manaus/AM	Os conflitos de pessoas trans e seus familiares perpassam por complexas camadas de violências e discriminações, por envolverem falta de compreensão e aceitação da identidade de gênero, fragilização dos vínculos, abusos e distanciamento afetivo. A religião e a visão patologizante de indivíduos trans embasa a discriminação praticada pelos abusadores, pois as vítimas são vistas como pecadoras e potenciais perigos para a sociedade.
53	VASCONCELOS (2022). TRANSAMAZÔNICAS: Memórias, experiências e trajetórias de pessoas trans na segunda metade do século XX	PA	Ao apresentar as narrativas de pessoas trans amazônidas no século XX, abordam-se experiências marcadas por marginalização e resistência, desde os inícios das vidas dessas. As trajetórias dessa população se desenvolveram em contextos de repressão, preconceito e ausência de políticas públicas, o que afetou sua qualidade de vida, através de agravos na saúde física e psicológica.

54	WITTMANN (2016). Corpo, gênero e identidade: experiências transgênero na cidade de Manaus	Manaus/AM	Há relatos de destruição de gênero, como forma de defesa diante do intenso estigma social. O adoecimento psíquico manifesta-se por isolamento, depressão, ideações e tentativas de suicídio, fortemente influenciado pela rejeição familiar. Há uma forte repressão por parte das escolas contra expressões de gênero diversas, algo reforçado em escolas religiosas, muito presentes e tradicionais em Manaus. Até na faculdade, há microagressões. Mesmo após mortas, as pessoas trans são violadas pela mídia, que desrespeita suas identidades, divulga seus nomes mortos e expõe seus corpos de forma sensacionalista.
----	---	-----------	---

Fonte: elaborado pelo autor, 2025

## 6. DISCUSSÃO

### 6.1 Sofrimento sem fim: Violações no ciclo de vida de pessoas trans

As violências se fazem presentes nas vivências de pessoas trans nortistas, ocorrendo em ambientes, meios sociais e faixas etárias diversas. Para a maior parte, o começo desse processo doloroso ocorre ainda nas fases iniciais da infância, agravando-se com o decorrer dos anos. Infelizmente, para um significativo número de transgêneros, as agressões vividas costumam chegar ao seu auge na idade adulta, o que faz com que muitos tenham a vida ceifada de forma precoce. Esse cenário se confirma pela baixa expectativa de vida<sup>9</sup> dessa população, quando comparada com a de outros grupos, o que demonstra um ciclo de vida marcado por angústias e violações contra seus corpos e identidades.

Ao tratar de violência, Bontempo (2022) discorre sobre a visão de Judith Butler sobre esse fenômeno e de como o imaginário social ainda compreende práticas violentas como atos que envolvem agressões físicas, algo que realmente se faz extremamente presente ao longo do ciclo de vida de pessoas trans nortistas. Contudo, a violência também se perpetua além do aspecto físico, atravessando dimensões simbólicas, estruturais e sistêmicas, mesmo que de formas menos visíveis e palpáveis. A partir disso, as violações de direitos aos indivíduos transgêneros encontram raízes ainda mais profundas, que costumam passar despercebidas, tanto por muitas vezes se manifestarem de maneira velada, quanto por suas vítimas fazerem parte de uma população extremamente invisibilizada, o que faz com que aconteça uma banalização de seu sofrimento. Sobre as camadas que envolvem a violência e sua definição, Butler (2021) e Bontempo (2022) descrevem que essas vão muito além dos fenômenos de agressões e lesões corporais, pois envolvem dimensões sistêmicas e estruturais, que se expressam e se embasam através de discursos, e se originam a partir de construções sociais.

Ainda nos primeiros anos de vida de pessoas trans, já há uma disparidade entre suas performances de gênero e as expectativas sociais que são associadas aos seus corpos, a partir do sexo que foram designadas ao nascer. Espera-se que suas aparências, trejeitos e comportamentos atendam aos padrões cisheteronormativos, e quando se percebe que há uma “menina masculinizada” ou um “menino afeminado”, surgem represálias contra esses indivíduos, mesmo que eles sequer tenham noções acerca de conceitos como sexualidade ou gênero. Ao mesmo tempo, é nesse período que a criança também nota a divergência entre seus

---

<sup>9</sup> No Brasil, a expectativa de vida de uma pessoa trans é de somente 35 anos, de acordo com estimativas (ANTRA, 2025). Enquanto isso, a população brasileira geral tem uma expectativa de vida entre a faixa de 75 a 80 anos, aproximadamente.

desejos e as normas culturais, e é comum que se desenvolva um sentimento de estranheza, de que “há algo de errado”. Santos (2019) discorre sobre como as crianças trans se sentem perdidas nesse cenário, com uma forte sensação de inadequação. Ao serem repreendidas, isso piora, principalmente considerando que as punições costumam vir de lugares em que elas deveriam se sentir seguras, como o ambiente familiar e o escolar.

A violência intrafamiliar na infância e adolescência é algo muito relatado na literatura, envolvendo vários tipos de violações, desde discriminações mais veladas até abuso psicológico, verbal, físico e sexual. A não aceitação de uma possível sexualidade ou identidade de gênero desviante à cisheteronormatividade por vezes faz com que parentes e responsáveis de menores adotem punições extremas e cruéis, com o intuito de “corrigi-los”. Relatos de espancamentos e humilhações constantes, destruição de roupas, estupros corretivos<sup>10</sup> e terapias de conversão<sup>11</sup> fazem parte das vivências infanto-juvenis de muitos trans nortistas (Barros, 2018; Santos, 2019; Gomes, 2023). Outro aspecto muito comum das violências cometidas por familiares é a negligência, o abandono e a expulsão de crianças e adolescentes de suas moradias, o que demonstra a total marginalização que esse grupo é submetido desde cedo. A partir disso, Neves (2019) pontua que as agressões contra transgêneros ainda são muito naturalizadas, especialmente quando anteriores à fase adulta, o que chama a atenção para a ausência de redes de cuidado e proteção de crianças trans.

Aliado à família, o meio escolar é um dos ambientes mais significativos para o desenvolvimento infantil, no qual a criança socializa com outras pessoas, além do seu ciclo familiar, como colegas e professores, ao mesmo tempo em que adquire conhecimentos essenciais para sua formação individual e social. Com isso, espera-se que a escola seja um lugar benéfico para seus alunos, preservando pelo seu bem-estar, acolhimento e segurança. Entretanto, a literatura demonstra que essa não é a realidade da maioria dos estudantes trans nortistas, e que muitas instituições de ensino ainda são espaços de violências e de marginalização. Nunes (2015) apresenta narrativas de sofrimento vivenciadas em recintos escolares, nas quais diversas formas de discriminação se fazem presentes, como agressões verbais e físicas, bullying e assédio sexual. Ressalta-se que, em alguns casos, esses abusos são

---

<sup>10</sup> O estupro corretivo é uma forma de violência sexual, na qual uma ou mais pessoas, geralmente familiares ou pessoas próximas, estupram a vítima, com o intuito de corrigir sua orientação sexual ou identidade de gênero.

<sup>11</sup> As terapias de conversão, também conhecidas como “cura gay/trans”, tentam mudar a orientação sexual ou identidade de gênero de pessoas LGBTQIAPN+, objetivando sua reversão. Além dos religiosos, também existem profissionais que realizam essas terapias, como psicólogos e médicos, mesmo que essas não possuam base científica e sejam consideradas prejudiciais e antiéticas, além de serem proibidas por instituições, como o Conselho Federal de Psicologia (CFP) e o Supremo Tribunal Federal (STF).

anteriores à transição de gênero, o que chama a atenção para a desumanização que essa comunidade enfrenta mesmo antes de transicionarem, somente por terem uma expressão de gênero divergente da performatividade cisgênero e heterossexual.

A coerção escolar contra crianças e adolescentes trans é perpetuada por diferentes maneiras e autores. Duque (2015), Nunes (2015), Falcão (2017) e Santos (2023) destacam que os ataques transfóbicos não são cometidos apenas por outros alunos, mas também por professores e outros profissionais da educação, evidenciando o grande despreparo institucional para lidar com estudantes LGBTQIAPN+ que ainda persiste nas escolas do Norte. A discriminação pode ter dimensões mais simbólicas, como separações de atividades e vestuários a partir do sexo percebido, desconsiderando as preferências individuais, mas também abrange violências mais explícitas e diretas, como negação do uso do nome social, proibição de acesso ao banheiro adequado, piadas e perseguições. Percebe-se que há uma significativa repressão contra expressões e identidades de gênero diversas, fenômeno que Wittman (2016) afirma ser ainda mais intensificado em colégios tradicionais e religiosos, instituições muito presentes em cidades nortistas, como Manaus. Assim, em decorrência disso, muitas vezes a permanência de pessoas trans no sistema educacional torna-se insustentável, o que explica a grande taxa de evasão escolar nessa população, o que representa uma violação do direito ao acesso à educação.

As violências cometidas contra crianças e adolescentes transgêneros mostram como os ambientes que as cercam falham em protegê-las, o que as torna significativamente vulneráveis a sofrerem abusos, especialmente sexuais, como já mencionado. Entre pessoas trans, a iniciação prematura da vida sexual é comum, principalmente entre as transfemininas, e ocorre por vezes de forma traumática, em relações de pedofilia, violação sexual e estupro de vulnerável (Barros, 2018; Neves, 2019; Santos, 2019, Vasconcelos, 2022). Ademais, autores como Nunes (2015), Cambraia (2020) e Lima (2021) apresentam a realidade da exploração sexual infantil<sup>12</sup>, muito presente nas vivências de jovens trans nortistas, devido às saídas precoces da casa de suas famílias, caracterizando a desestruturação e o rompimento familiar. Em decorrência disso, essas crianças e adolescentes precisam se submeter ao trabalho sexual para sua sobrevivência. Considerando esse cenário, Neves (2019) discorre sobre a sexualização das crianças LGBTQIAPN+, especialmente as transgêneros nesse contexto, que são vistas como promíscuas

---

<sup>12</sup> Apesar do termo “prostituição infantil” ser ainda amplamente usado, é um conceito errôneo. Crianças e adolescentes em condição de trabalho infantil sexual são vítimas de abuso sexual e de exploração sexual infantil, pois além de não terem condições de consentir, são exploradas por adultos, tanto sexualmente quanto financeiramente.

e aptas para ter relações sexuais desde cedo, chamando a atenção para a naturalização das violências sexuais contra essa comunidade.

Após os primeiros anos de vida marcados pela dor, o chegar à idade adulta de pessoas trans nortistas é, muitas vezes, no mínimo conturbado. Nesse período de suas vidas, um considerável número de jovens transgêneros se encontra em significativa situação de vulnerabilidade social, agravado pelos laços frágeis e rompidos com suas famílias, formação escolar incompleta e a inserção precoce no trabalho sexual. Muitos obstáculos se apresentam para essa população, o que faz com que somente uma pequena minoria consiga chegar a ocupar espaços que outros chegam com facilidade, como a universidade. Contudo, mesmo após essa conquista, a permanência desses estudantes é dificultada, principalmente devido às discriminações sofridas. Sobre as vivências trans nortistas no ensino superior, Duque (2015), Wittman (2016), Silva (2020), Gama, Oliveira e Harayama (2021) e Gomes (2023) refletem que, ao mesmo tempo em que o ambiente universitário pode possibilitar maior aprofundamento e liberdade de sexualidade e gênero, esse também é palco de inúmeras violências, que podem ser de caráter simbólico, como olhares, até agressões explícitas e diretas, como negação de acesso aos banheiros ou mesmo ao campus em geral, utilização do nome morto e de pronomes errados, de forma proposital. Os autores reforçam que há relatos de agressões por parte de outros alunos, professores e funcionários da instituição de ensino. Dessa forma, observa-se que a universidade é mais um lugar em que sujeitos trans precisam estar em alerta para se proteger e se defender, visto que “fica claro que mesmo para os adultos, a experiência transgênero em ambiente escolar é marcada por negociações e ocultamentos” (Wittman, 2016, p. 73).

Em decorrência do preconceito contra sua identidade de gênero, muitos jovens adultos transgêneros têm suas vivências limitadas, quando comparado a indivíduos cisgêneros da mesma faixa etária. Assim como a chegada à universidade é um fenômeno raro para a maioria da população trans do Norte do país, o acesso ao mercado de trabalho também é bastante dificultado. Duque (2015), Barros (2018), Lima (2021), Oliveira e Vale (2024) e Neta (2025) apontam as inúmeras adversidades enfrentadas por pessoas trans na busca por emprego, o que faz com que grande parte dessas se encontre em situação de desemprego, informalidade e dependência de trabalho sexual. Esse cenário se explica por uma série de fatores, como os elevados índices de baixa escolarização desse grupo, o que reduz significativamente as vagas, pelo critério de capacitação. Contudo, mesmo os que são capacitados encontram muitos impedimentos, sendo o primeiro a questão da ausência de retificação do nome e sexo, o que já causa a eliminação da seleção no momento da entrega dos documentos (Silva, 2020; Oliveira e Vale, 2024). Em outras situações, a transfobia é ainda mais explícita, como Wittman (2016)

descreve ao relatar que empregadores pedem que o interessado na vaga se apresente no trabalho como cisgênero, de acordo com o sexo que lhe foi atribuído ao nascer. Com isso, é muito comum que, assim que iniciam sua transição de gênero, esses sujeitos percebam uma significativa redução de ofertas de emprego (Santos, 2019; Oliveira e Vale, 2024).

Apesar das muitas negativas enfrentadas por pessoas trans ao buscar um emprego, há uma pequena minoria que consegue se inserir no mercado de trabalho. Entretanto, estão longe de estarem protegidas da intolerância, deparando-se novamente com um cenário envolto por violências transfóbicas. Santos (2019), Falcão (2020), Lima (2021) e Oliveira e Vale (2024) discorrem sobre como, mesmo empregados, um elevado número de transgêneros se encontra em condições de trabalho precárias e insalubres, assim como marcadas por discriminações, como o uso do nome morto e de pronomes errados, de forma proposital, agressão verbal e física. Essas violações podem vir tanto de outros colegas quanto de superiores hierárquicos. Esses últimos, quando não são os perpetradores das agressões, costumam ser omissos e não punir os agressores. Quando o trabalho envolve atendimento ao público, adiciona-se mais um potencial elemento de hostilidade: os clientes. Mesmo nos raros ambientes de trabalho que adotam uma postura “*LGBT friendly*”<sup>13</sup>, ao lidar com o público externo, há uma exposição e vulnerabilidade a possíveis ataques (Oliveira e Vale, 2024). Portanto, observa-se que a empregabilidade formal no mercado de trabalho não significa, necessariamente, uma inclusão social efetiva, visto que as dinâmicas de exclusão, marginalização e estigmatização continuam presentes, através de manifestações simbólicas ou explícitas de preconceito.

Diante das barreiras para o acesso a emprego, é comum que as pessoas trans busquem por outras formas de conseguir (sobre)viver, o que as faz recorrer ao trabalho sexual. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - ANTRA (2021), 90% da população transfeminina tem a prostituição como principal fonte de renda. Não há dados sobre pessoas transmasculinas que realizam trabalho sexual, contudo Gomes (2023) afirma que, apesar de minoritário, atualmente é uma realidade que também os abrange. Como já citado, um número considerável de transgêneros estão inseridos nesse contexto desde a infância e a adolescência, sendo vítimas da exploração sexual infantil. É algo tão normalizado que a imagem que se tem do indivíduo trans, especialmente das transfemininas, é de alguém que se prostitui, que é portadora de ISTs, marginal e perigosa, o que aumenta a estigmatização desse grupo (Duque,

---

<sup>13</sup> Refere-se a espaços e instituições que buscam criar um ambiente acolhedor, seguro e respeitoso para a comunidade LGBTQIAPN+, através da promoção de direitos, inclusão e combate à discriminação. Atualmente, algumas empresas têm adotado esse rótulo para indicar que são receptivas à contratação de pessoas desta comunidade, e que têm políticas internas de acolhimento para esses profissionais. Entretanto, muitas vezes isso não é aplicado na prática, e serve somente para gerar publicidade positiva para a empresa.

2015; Gomes, 2023). Presos a essa condição, o cotidiano desses trabalhadores é permeado por violências, como xingamentos, ameaças, roubos, agressões físicas, estupros e assassinatos, conforme Barros (2018), Lima (2020, 2021) e Santos (2023) relatam. Observa-se que os agressores são diversos, como clientes, transeuntes, traficantes e, de acordo com Duque (2015) e Lima (2020, 2021), até mesmo trabalhadores do sexo rivais, devido conflitos por território e hierarquia, o que também se evidencia nas notícias apresentadas. Muitas vítimas, mesmo após serem violentadas, permanecem se prostituindo, por necessidade financeira, e as agressões acabam sendo naturalizadas pelo discurso de que quem está na rua, “no ponto”, está à mercê de tudo e precisa ser forte.

A literatura também denuncia outra forma de violação contra corpos trans nortistas: a violência policial. Apesar de impactar principalmente trabalhadores do sexo, Gomes (2023) aponta que, mesmo quem não está envolvido no trabalho sexual, acaba sendo alvo da polícia, somente por transitarem pelas ruas. As coerções ocorrem com a justificativa de combater a prostituição e a desordem e preservar o bem-estar social e a ordem moral, mas na verdade são práticas que têm apenas o objetivo de humilhar, desumanizar e disciplinar essa população, através de prisões arbitrárias, castigos, agressões e estupros. Os relatos indicam que essa hostilidade era ainda mais intensa e direta durante os anos da ditadura militar brasileira, visto que havia uma repressão descarada às identidades tidas como desviantes, o que embasava os horrores praticados pelos policiais. Entretanto, mesmo após a redemocratização, os agentes ainda são uns dos principais perpetuadores da transfobia, mesmo que de forma mais disfarçada (Neves, 2019; Lima, 2020, 2021). A pesquisa documental reforça os achados dos autores, visto que o abuso policial se faz presente em uma quantidade considerável de notícias. Além disso, deve-se destacar que, mesmo quando esses profissionais não estão atuando, continuam violentando essa comunidade, o que se evidencia nas reportagens, que expõem que muitos agressores de pessoas trans nortistas são policiais, e ainda que não estivessem em serviço, utilizavam muitas vezes da autoridade que têm para portar armas, com o argumento da promoção de segurança, para cometer atrocidades.

Atualmente, uma das formas mais graves de desumanização das vidas trans é a negligência policial, que envolve diversas camadas de violência. Cambraia (2020) e Santos (2023) reiteram que há um descaso em proteger esse grupo, e relatam casos de vítimas de transfobia e violência conjugal, que ao denunciarem, foram revitimizadas na delegacia, tendo suas identidades de gênero invalidadas, e muitas vezes a denúncia nem chega a constar nos registros, ou não é categorizada como LGBTfobia ou violência doméstica, o que agrava a situação de subnotificação dos estados nortistas, que já sofrem com um déficit de dados oficiais,

por uma série de fatores. As notícias expõem esse fenômeno, através de denúncias de ativistas e pesquisadores, que precisam monitorar o cenário local através de outras fontes informais, devido a ausência de notificações nos sistemas das instituições de segurança pública. Ademais, as reportagens também mostram o desamparo que muitas pessoas trans enfrentam ao tentar realizar um boletim de ocorrência, como exposto pelo site Amazonas Atual (2022), que reforça que a situação de enfrentamento à violência entre pessoas trans é deficiente em todo o país, mas que é ainda mais precária no Norte. Há casos ainda mais extremos, em que há agentes policiais como testemunhas de crimes de intolerância em flagrante, e ainda assim, não interferem nem reportam o ocorrido, deixando as vítimas sofrerem devido à omissão, o que mostra como a comunidade trans é estigmatizada e vista como indigna de proteção pelo Estado.

Outro aspecto doloroso na vida de pessoas trans da Região Norte é a solidão, o que se demonstra não apenas pela desestruturação dos vínculos familiares e rejeição social, mas também ao se analisar suas experiências afetivas-sexuais. A literatura dá ênfase a esse cenário, apresentando um grande número de relatos de transgêneros, especialmente mulheres trans e travestis, que viveram relacionamentos amorosos abusivos e disfuncionais, com homens cisgêneros casados, que as escondiam, traíam e eram muito mais velhos que elas, por vezes caracterizando-se como relações de pedofilia e estupro de vulnerável (Wittman, 2016, Neves, 2019; Santos, 2019). Observa-se uma grande objetificação dos corpos trans, que são sexualizados, mas não vistos como merecedores de amor, afeto e carinho. A pesquisa documental mostra um lado ainda mais sombrio desse contexto: a violência doméstica. Muitas das agressões e homicídios cometidos contra pessoas transfemininas têm como autores seus companheiros ou pessoas que estavam se relacionando sexualmente com elas. Além disso, nota-se que é comum que os assassinatos ocorressem logo após encontros íntimos, em lugares como motéis ou nas casas das vítimas. Isso expõe ainda mais a vulnerabilidade dessa população, que são violadas pelos próprios parceiros, e sequer podem experienciar seus desejos e afetos, pois até isso lhes é negado.

Na Região Norte, a transfobia manifesta-se de forma diversa e interseccional, com múltiplos tipos de violências ocorrendo simultaneamente. Embora expressões mais explícitas e brutais de intolerância, como espancamentos e homicídios, recebam maior visibilidade, isso não diminui a gravidade das microagressões cotidianamente vivenciadas (Almeida, 2022; Almeida, Neves e Dantas, 2024). Entre elas, está a utilização incorreta de pronomes e artigos discordantes à identidade de gênero, o que é uma experiência quase diária, especialmente entre

pessoas trans sem passabilidade<sup>14</sup>, e o uso e exposição do nome morto. Entre pessoas não-binárias, o panorama se agrava, por estarem num espectro de identidades frequentemente invalidadas e ridicularizadas, mesmo entre a comunidade LGBTQIAPN+, o que se evidencia pela resistência em torno da adoção de pronomes neutros. Outra violação simbólica é a reação social ao se deparar com alguém de aparência e expressão de gênero destoantes da cisheteronormatividade. Almeida (2022) e Gomes (2023) problematizam os olhares, risadas e comentários hostis dados a transgêneros em espaços públicos, que reforçam a vigilância e o controle social sobre seus corpos. As microagressões também se manifestam em redes sociais, onde o *cyberbullying* é recorrente em plataformas como Instagram, X, 4chan e TikTok, segundo a literatura e a pesquisa documental. Jovens trans costumam ser os mais afetados, por estarem inseridos no universo on-line desde cedo, estando expostos a crimes que ficam impunes, devido ao anonimato virtual e à negligência no enfrentamento da LGBTfobia.

Dessa forma, muitas vidas trans são interrompidas de forma precoce e cruel, após uma existência marcada por violações. Souza e Almeida (2021) apontam que os assassinatos de transgêneros, especialmente de transfemininas, costumam ocorrer em vias públicas, aos fins de semanas, durante a noite, algo confirmado pela pesquisa documental. As reportagens mostram que muitos corpos são encontrados por populares, próximos a pontos de prostituição e igarapés, entretanto deve-se considerar que em casos de violência conjugal, motéis e as casas das vítimas também se tornam cenas de crimes. A Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do Estado do Amazonas - ASSOTRAM (2022) denuncia que “corpos de travestis e transexuais são duplamente mortos, física e simbolicamente”, ao serem expostos e revitimizados pela mídia, que frequentemente exhibe seus cadáveres sem censura, desconsidera suas identidades de gênero e divulga seus nomes mortos, algo reiterado por Wittman (2016). As suas mortes são normalizadas pela polícia e pela sociedade, vistas como algo banal e provocado pelas próprias vítimas, pois muitos as culpabilizam e associam suas mortes à marginalidade, uso de drogas e envolvimento com o crime organizado. Em decorrência disso, geralmente quem vivencia esse luto são seus amigos, outros trans e travestis, e é comum que sejam enterrados como indigentes, ou com o nome morto inscrito em suas lápides (Lopes, 2020; Souza e Almeida, 2021; Santos,

---

<sup>14</sup> A passabilidade é a capacidade que uma pessoa trans tem de passar como cisgênero, devido a sua aparência ser tão próxima dos padrões de beleza cisgênera, tendo assim a sua transgeneridade despercebida. É algo muito almejado pela maior parte da comunidade trans, por questões internas, como disforia corporal e baixa autoestima, pressões sociais e pelos benefícios que a passabilidade traz, como redução da vulnerabilidade às violências e a outras violações de direitos. Pessoas trans com pouca ou nenhuma passabilidade costumam estar mais expostas a diversos tipos de agressões. Contudo, deve-se ressaltar que não são todos os transgêneros que almejam ser passáveis ou parecer com pessoas cis, e que isso não lhe faz menos ou mais trans do que os que desejam isso.

2023). Aos que ficam, restam a saudade, a dor, a impotência e, acima de tudo, o medo de um amanhã em que eles também não estarão mais ali.

Além de precárias, as vidas travestis poderiam ser lidas como vidas matáveis, já que são ameaças à vida da forma como se conhece. Matá-las seria uma forma de reforçar a heteronormatividade e a normalidade, como um sinal a todos: ajustem-se. São os homo sacer, aqueles cuja vida se encontra numa zona de indistinção entre o estado de direito e o estado de exceção. E nesta zona não há norma jurídica, não há proteção, não há direito. Suas mortes não são nem mesmo um assassinato, pois não se pode matar aquilo que jamais viveu (Lopes, 2020, p. 68).

Sobre isso, Butler (2021) problematiza a existência de vidas “vivíveis”, que devem ser cuidadas e protegidas, e de outras que são desvalorizadas, sequer vistas como dignas de luto. É a realidade da população trans amazônida, que é esquecida tanto pelo resto do país quanto pelos seus irmãos regionais, somente por suas identidades de gênero. Nesse cenário, gênero, cor, origem, classe e etnia se misturam, agravando vulnerabilidades e fortalecendo a visão de que são existências que não devem ser preservadas, ou suas perdas lamentadas. Para a sociedade e o Estado, essas pessoas sequer estiveram vivas em algum momento, pois têm seu direito à vida negado, e mesmo após a morte sequer têm seus cadáveres e identidades respeitados, sendo esquecidos como se nunca tivessem estado ali. Os brutais e cruéis assassinatos de pessoas trans vêm acompanhados de violência simbólica: a não nomeação, o uso do nome morto, o silenciamento e ocultamento de suas transidentidades. Mesmo após a morte, seus corpos são negados, apagados, ou lembrados apenas como parte de uma estatística. A negação ao direito de luto demonstra a desigualdade que perpassa os indivíduos transgêneros, mesmo quando mortos, reforçando o viés discriminatório de que não são vidas merecedoras de continuidade, de chegar ao envelhecimento e de ter alguma qualidade, algum conforto ou alguma paz durante suas estadias nesse mundo.

## **6.2 Os Não-Lugares ocupados por transgêneros amazônidas: Impactos e prejuízos da transfobia no Norte**

A marginalização sofrida por nortistas transgêneros influencia de forma significativa suas condições de vida, atravessando dimensões socioculturais, econômicas e territoriais. Fernandes (2018) e Gomes (2023) apresentam o sujeito trans nortista como um indivíduo social e economicamente vulnerável, sem acesso à empregabilidade formal, que somente encontra moradias acessíveis em zonas periféricas, lugares esquecidos pelas políticas públicas, ou que até mesmo está em situação de rua. Além de estarem suscetíveis a todo tipo de violência nas

vias públicas, as vivências de pessoas trans em situação de rua são permeadas pela insegurança alimentar crônica, exposição constante às adversidades climáticas, como o calor intenso e as chuvas torrenciais, típicos do contexto amazônico, e por condições de higiene extremamente precárias, o que gera prejuízos significativos à saúde (Fernandes, 2018; Júnior et al., 2024; Rodrigues, 2024). Sobre a existência de abrigos para acolhimento dessa população, Nascimento (2024) afirma que a Casa Miga, localizada em Manaus - AM, é a única instituição desse tipo em toda a região Norte, evidenciando o fracasso regional em oferecer direitos básicos e essenciais a esse público, como a moradia.

Outro panorama abordado é o de indivíduos trans privados de liberdade, que têm as unidades prisionais como residências temporárias. Devido à miséria a que são submetidos, parte desse grupo acaba recorrendo à criminalidade como forma de subsistência, por meio de pequenos furtos e o envolvimento com o tráfico de drogas. Contudo, ressalta-se que essa realidade não pode ser generalizada para toda a população trans, tampouco utilizada para estigmatização (Lopes, 2020; Vasconcelos, 2022). Como consequência disso, muitas pessoas trans são inseridas num sistema prisional que, constantemente, não oferece condições dignas de vida. Segundo os achados, a Região Norte é a que apresenta maior precariedade de políticas institucionais voltadas para LGBTQIAPN+'s encarcerados, sendo o Pará o único estado da região a ter programas para esse público, que, todavia, são ineficazes e insuficientes. Dessa forma, ocorre uma série de violações de direitos, como a ausência de alas específicas, encaminhamento para alas ou presídios incompatíveis com as identidades de gênero, isolamento social, desrespeito à identidade de gênero e ao nome social, agressões verbais e físicas, negação de acesso à higiene íntima e hormonização (Silva e Alvarenga, 2024). Com isso, evidencia-se a perpetuação de uma total desumanização pelas instituições estatais.

A prática de tratar mulheres trans e travestis como homens nos presídios masculinos tornou-se naturalizada. São compelidas a realizar cortes de cabelo, adotar vestimentas masculinas, sofrem desrespeito ao seu nome social e são coagidas a interromper a hormonização (Silva e Alvarenga, 2024, p. 08)

Ao retratar sujeitos trans do Norte brasileiro, também é preciso fazer recortes territoriais. Cambraia (2020), Almeida (2022) e Santos (2023) destacam que as trajetórias de pessoas trans que vivem em interiores se diferem daquelas que sempre moraram na capital. As cidades interioranas são percebidas como mais intolerantes, com poucos LGBTQIAPN+ assumidos, além da pouca privacidade, devido ao número reduzido de habitantes, uma vez que todos se conhecem em algum grau, o que pode gerar medo de represálias da comunidade. Diante disso, observa-se um movimento migratório para as capitais, devido aos fatores citados, mas também

em busca de melhores condições para realizar o processo transexualizador, visto que são nos grandes centros que acontecem as desejadas (trans)formações corporais, através da hormonização e cirurgias (Cambráia, 2020). No entanto, mesmo as capitais nortistas, consideradas menos conservadoras do que municípios menores, também são vistas como reacionárias quando comparadas às metrópoles do eixo Centro-Sul ou do exterior, segundo Duque (2015), Neves (2019) e Gomes (2023). Para muitos trans nortistas, isso ocorre devido a forte influência de uma “mentalidade de interior”, que a associam a valores transfóbicos, ultrapassados e até mesmo primitivos. Deve-se ressaltar que, nas últimas décadas, o Norte foi uma das regiões em que o conservadorismo mais se disseminou, através do combate à famosa “ideologia de gênero”<sup>15</sup> (Neves, 2019). Ainda assim, é importante ter cuidado para não ser reducionista com essa leitura, que pode reforçar estigmas sobre a região Norte e romantizar lugares onde a transfobia também persiste.

Questões como raça, cor, etnia e origem influenciam significativamente as vivências trans nortistas, agravando vulnerabilidades, violações de direitos e negações de acesso. Gomes (2023) analisa sobre como o racismo e a transfobia atravessam as trajetórias de trans não-brancos (pardos, pretos e indígenas), pela sexualização e marginalização de transfemininas e transmasculinos racializados, visto como criminosos, marginais e objetos sexuais. Sobre a realidade de indígenas trans amazônidas, Fernandes (2021) aponta que há discriminação em suas aldeias, mas que fora delas, eles se sentem ainda mais expostos às violências, devido ao estigma contra os povos indígenas na região. Outro contexto relevante é a presença de sujeitos trans migrantes e refugiados oriundos de outros países, sobretudo de venezuelanos, que buscam refúgio em massa nos estados fronteiriços como Roraima e Amazonas, em meio à grave crise humanitária em seu país. Rodrigues (2024) e Silva (2025) apontam que esses indivíduos vivenciam múltiplas dimensões de exclusão, pois além dos impactos do deslocamento forçado, como barreiras linguísticas, culturais e o afastamento da família e da terra natal, sofrem com a xenofobia e transfobia, sendo discriminados tanto por brasileiros quanto por outros migrantes. Os achados documentais reforçam esse cenário, mostrando que os corpos trans mais violentados são os racializados, indígenas e estrangeiros.

Como descrito, percebe-se a existência de vários fatores que potencializam a vulnerabilidade das condições de vida dessa população, assim como a gravidade das

---

<sup>15</sup> Expressão utilizada por grupos conservadores e religiosos para se referir, de maneira crítica e condenatória, às discussões e estudos sobre diversidade sexual e identidade de gênero. Não há embasamento científico que comprove a existência da ideologia de gênero, entretanto esse conceito tem se difundido bastante nos últimos anos, devido ao avanço do conservadorismo radical da extrema direita.

consequências da negligência institucional. Se pessoas transgêneros do Norte brasileiros já são tidas como invisíveis, a situação piora significativamente ao se tratar de certos contextos, como o ambiente penitenciário, a rua e os abrigos para migrantes. Butler (2021) aborda como não existe uma preocupação com a preservação de algumas vidas, como as de indivíduos racializados, queers, encarcerados, pessoas em situação de rua, entre outros grupos socialmente vulneráveis. Por serem vistos como indesejados, há uma política de “deixá-los morrer”, que promove a sua segregação. Então, quando há uma interseccionalidade entre identidades minoritárias, as represálias sociais são significativamente ampliadas. Esses sujeitos não sofrem somente por serem transgêneros, violando a norma cisnormativa, ou por serem amazônidas, oriundos de uma região periférica historicamente esquecida, mas também por serem pobres, por estarem presos, ou nas ruas, por suas origens étnicas, por sua parditude<sup>16</sup> ou negritude, e acima de tudo, por persistirem em existir em um mundo que deseja o seu extermínio.

Devido às fragilidades sociais e discriminações enfrentadas por pessoas trans, são muitas as que não têm acesso a direitos básicos que cisgêneros usufruem com facilidade. Isso vai desde coisas simples, como ir ao banheiro conforme sua identidade de gênero, o que por vezes é negado, até ao atendimento em serviços públicos. Santos (2018) e Silva (2020) apontam que já existem políticas e legislações garantindo direitos a esse público, mesmo que poucas, contudo na prática, mostram-se ineficazes. O uso do nome social, retificação de documentos, acesso à transição de gênero com acompanhamento médico, a questão do banheiro, entre outras demandas dessa população, são embasadas por leis e programas, mas o preconceito e despreparo dos profissionais mantém esses sujeitos desassistidos. Além disso, há constantemente obstáculos logísticos, pelos serviços específicos a transgêneros serem escassos e localizados em zonas específicas e burocráticos, muitas vezes exigindo tempo prolongado e diversas documentações que nem todos possuem, agravando ainda mais a inacessibilidade. Novamente, o Norte é comparado a outras localidades, sendo considerado atrasado em relação a essas. A pesquisa documental confirma essa situação, apresentando frequentes casos de negação de acesso, violências institucionais e em serviços públicos.

Um dos aspectos mais discutidos pelos achados é a negação de acesso e violência no atendimento de saúde a transgêneros. Neves (2019), Albuquerque (2020), Melo (2024) e

---

<sup>16</sup> Há muitas discussões acerca dos termos “pardo” e “parditude” no contexto brasileiro, entretanto pela população amazônida ser marcada não somente por suas múltiplas origens étnicas e raciais, mas por um fenótipo que evidencia isso, essa realidade será retratada neste trabalho, pois é inegável que, mesmo que a maioria das pessoas nortistas não sejam brancas, há a presença de um forte racismo na região, não somente contra quem tem traços associados à negritude, mas também com os que se assemelham ao estereótipo existente de indígenas e seus descendentes.

Guedes (2024) discorrem sobre como os cuidados de pessoas trans nortistas em saúde são deficitários, por muitos fatores. Os profissionais de saúde ainda são ignorantes às demandas dessa população, não sabem lidar com ela e muito menos oferecem tratamento humanizado. Há ataques abertamente intolerantes, o que mostra que não é uma questão de desconhecimento ou falta de capacitação, mas sim de total falta de empatia. Casos de recusa de atendimentos, agressão verbal, invalidação da identidade de gênero, desrespeito ao nome social, e até mesmo incentivo à destransição, são recorrentes (Albuquerque, 2020; Miwa, Neves e Therense, 2022; Guedes, 2024). Mesmo que existam políticas públicas, na prática esses sujeitos são violentados, devido ao despreparo e à discriminação. Dantas (2024) exemplifica isso ao mostrar a realidade de homens trans pais, que passam por diversas violações, desde a maternidade até as idas às USFs, tendo seus lugares de homem e pai questionados. Ademais, serviços especializados como atendimento psicológico, saúde sexual, urológica/ginecológica e a transição de gênero também não são ofertados aos trans nortistas, e quando são, é de forma precária (Filho, Nascimento e Castro, 2021; Miwa, Neves e Therense, 2022; Almeida, 2022; Naves et al., 2025). Por fim, percebe-se que a maioria dos profissionais reduzem a saúde LGBTQ+ à prevenção e tratamento de ISTs, o que evidencia que o estigma social contra essa comunidade persiste no Norte.

O difícil acesso a atendimento de saúde com qualidade, aliado ao medo decorrente de experiências traumáticas passadas, leva muitas pessoas trans nortistas evitarem ou adiarem suas idas ao atendimento médico, o que compromete significativamente suas saúdes, de acordo com Miwa, Neves e Therense (2022), Albuquerque (2024), Guedes (2024) e Melo (2024). A procura de serviços de emergência é predominante em detrimento da Atenção Primária, pois essa população costuma buscar atendimento somente em casos mais urgentes. Assim, poucos realizam cuidados preventivos, o que contribui para o desenvolvimento e agravamento de doenças. Devido a isso, adota-se a automedicação como recurso para o tratamento de sintomas e hormonioterapia, o que oferece riscos à saúde, como trombozes, cardiopatias e cânceres (Araújo, 2019; Neves, 2019; Albuquerque, 2024; Guedes, 2024; Naves et al., 2025). Além disso, vários realizam procedimentos estéticos clandestinos, como aplicações de silicone industrial e óleo no corpo, feitos por leigos, sem adotar protocolos médicos e materiais adequados, o que resulta em complicações graves e óbitos recorrentes. Outra preocupante questão é a infecção por ISTs, pois a falta de testagem e o estigma dificultam o diagnóstico precoce, a adesão ao tratamento e à prevenção, como o uso de preservativos e profilaxias<sup>17</sup>

---

<sup>17</sup> As Profilaxias de Pós-Exposição (PEP) e de Pré-Exposição (PrEP) referem-se ao uso de medicamentos antirretrovirais para a prevenção do HIV e outras ISTs, em situações de exposição ao risco de infecção, sendo a

(Silva, 2022). Júnior et al. (2024) afirma que a autopercepção de saúde de sujeitos trans nortistas, especificamente manauaras, é pior do que a do resto dos brasileiros, assim como de transgêneros de outros lugares. Tal cenário contribui para a baixa expectativa de vida dessa população, pois quando não são assassinados, morrem por doenças e agravamentos evitáveis, refletindo a contínua negação de direitos essenciais aos trans amazônidas.

Se até mesmo os direitos mais básicos são negados à população transgênero nortistas, evidencia-se, descaradamente, que não existe um tratamento igualitário para com esse grupo. Mesmo com a existência de inúmeras legislações que garantem a universalidade desses direitos, grande parte dos indivíduos trans vivem em condições subumanas, sem ter acesso ao mínimo. Suas vidas são precárias, e a falta de políticas públicas eficazes escancaram a negligência sistemática que existe. Esses sujeitos, constantemente, têm suas existências colocadas em riscos, pois somente conseguem preservá-las a partir de muito esforço. Com a maioria vivendo em contextos de insegurança alimentar, riscos sanitários, vulnerabilidade socioeconômica, desemprego e marginalização, e enfrentando obstáculos para conseguir ter moradia, educação ou saúde, é possível se questionar se até mesmo o direito da manutenção da vida não lhes foi tirado, o que, para Butler (2021), vai totalmente contra o conceito de igualdade. Portanto, ainda que no papel, todos os cidadãos sejam iguais, na realidade a comunidade trans amazônida sofre, esquecida e invisível ao resto da sociedade e dos poderes estatais.

Então, embora seja verdade que todas as pessoas devem ser tratadas igualmente, o tratamento igualitário só é possível em uma organização social de vida em que recursos materiais, distribuição de alimentos, moradia, trabalho e infraestrutura tentem alcançar condições iguais de manutenção da vida. A referência a essas condições iguais de manutenção da vida é, portanto, essencial para a definição de “igualdade” em qualquer sentido substantivo do termo (Butler, 2021, p. 30).

### **6.3 O adoecer psíquico: Riscos para a saúde mental e desenvolvimento de transtornos psicológicos entre pessoas trans**

A literatura recorrentemente discorre sobre como as múltiplas formas de discriminação, marginalização e violências que atravessam as vivências de transgêneros nortistas agravam significativamente a vulnerabilidade dessa população a sofrimentos psíquicos intensos, bem como ao desenvolvimento de transtornos psicológicos. Entre os principais fatores que tornam esses indivíduos mais suscetíveis a desenvolver esses quadros estão a rejeição familiar, fortemente presente nas trajetórias trans, a disforia de gênero e corporal, o sentimento de não

---

PREP de uso contínuo anterior à exposição, enquanto a PEP é utilizada após à exposição, sendo considerada uma profilaxia de emergência.

pertencimento, as constantes tentativas de repressão da identidade de gênero e o isolamento social (Wittman, 2016; Barros, 2018; Santos, 2019; Cambraia, 2020; Miranda, 2022; Costa, 2023; Gomes, 2023; Miranda e Pimentel, 2024). Praticamente quase todas as produções acadêmicas analisadas abordam a questão dos prejuízos à saúde mental de pessoas trans, ainda que nem sempre de forma aprofundada, com a presença de relatos de indivíduos que sofrem ou sofreram em algum momento de suas vidas com agravamentos psicológicos, trazendo à tona histórias de angústia, desespero e desamparo. Esse preocupante cenário chama a atenção para a precariedade da qualidade de vida da comunidade transgênero nortista e amazônica, que se acentua numa região periférica, historicamente invisibilizada e negligenciada.

A forte sensação de inadequação, geradora de angústia e estresse, costuma surgir ainda nos primeiros anos da infância desses sujeitos, período em que a maioria sequer tem noções de conceitos como gênero, sexualidade ou transgeneridade, contudo já são atravessados por tentativas externas de disciplinar e punir seus corpos, desde cedo vistos como desviantes às normas cisheteronormativas. Ao abordar o sofrimento psíquico na infância, Fernandes (2022), Rocha (2023) e Miranda e Pimentel (2024) apresentam diferentes realidades enfrentadas, visto que há crianças que já em seus primeiros anos reconhecem sua incongruência de gênero, acreditando até mesmo que são cisgêneros do sexo oposto ao que foram designados ao nascer e que há algum engano, enquanto outras somente sentem que há algo de errado com elas, mas não sabem o que é. A repressão por parte da família, da escola e da comunidade em geral reforça o sentimento de estranheza e de que seus trejeitos, desejos e comportamentos são errados e socialmente condenáveis, e que precisam ser corrigidos. Para evitar ainda mais represálias, há a adoção de mecanismos de defesas, que por vezes exige esforços psicoemocionais pouco saudáveis e suportáveis, principalmente ao considerar que se tratam somente de crianças pequenas. Assim, muitos se forçam a performar expressões de gênero conformativas aos modelos vigentes de cisgeneridade, ignorando suas vontades, enquanto outros buscam pelo isolamento, voltando-se para seus mundos internos (Miranda, 2022; Costa, 2023; Gomes, 2023; Miranda e Pimentel, 2024).

Ainda que muitos trans nortistas busquem se adequar às imposições sociais cisheteronormativas durante a infância e adolescência, a vigilância, o controle e a disciplinarização de seus corpos e subjetividades persistem. Diante das constantes violências em diversos ambientes, somado aos conflitos internos decorrentes da divergência entre sua identidade e as expectativas culturais de gênero, não é raro que esses indivíduos se encontrem em estados de tristeza, estresse e não aceitação. Esse quadro tende a piorar com a chegada da puberdade, devido às transformações corporais características dessa fase, como o

desenvolvimento dos caracteres sexuais secundários, o que pode acentuar a disforia entre adolescentes trans (Santos, 2019; Cambraia, 2020; Fernandes, 2022; Costa, 2023; Dantas, 2023; Miranda e Pimentel, 2024). Na tentativa de amenizar o desconforto com o próprio corpo, alguns recorrem a mudanças no vestuário, que disfarçam aspectos corporais indesejados, ou à terapia hormonal, e por isso acabam enfrentando retaliações. Além disso, esse período é caracterizado por intensas explorações e descobertas sobre identidade de gênero e sexualidade, o que faz com que muitos transgêneros se reconheçam como tais nesse momento. Todavia esse processo de autoconhecimento e afirmação pode desencadear crises emocionais, principalmente ao se considerar que a maioria desses sujeitos são vítimas de agressões e abandonos ao terem suas identidades de gênero reveladas, o que contribui para o surgimento ou agravamento de sintomas de estresse, ansiedade, depressão e outras formas de sofrimento psicoemocional (Wittman, 2016; Costa, 2023; Gomes, 2023; Júnior et al., 2024).

As violentas reações dos pais e outros familiares ao descobrirem a transgeneridade de adolescentes são agravantes significativos para a piora da saúde mental desses indivíduos. Como discutido anteriormente, grande parte dos transgêneros nortistas vivencia o rompimento dos vínculos afetivos e materiais com o seio familiar, sendo abandonados, expulsos ou forçados a fugir pelo convívio em casa ter se tornado insuportável devido aos conflitos e agressões frequentes. Contudo, Santos (2019), Almeida (2022), Miranda (2022), Dantas (2023) e Miranda e Pimentel (2024) também identificam outros cenários, de sujeitos que, por uma série de motivos, como dependência econômica ou afetiva, permanecem morando com suas famílias, e são submetidos a tentativas de “cura” ou conversão, através da religião ou de tratamentos psicológicos indevidos. Essas graves violações reforçam que ainda há uma visão patologizante de que pessoas trans são doentes, insanas, perversas e pecadoras, sendo necessária uma intervenção para trazê-las de volta à normalidade, à salvação e à sanidade, por meio dos saberes religiosos (no caso do Norte brasileiro, pelos valores judaico-cristãos) e psicológicos. Dessa forma, as vítimas sentem que são anormais, que precisam de correção, começam a duvidar de si mesmas, de suas capacidades psíquicas e da legitimidade de suas identidades. Assim, ao internalizarem esses discursos transfóbicos, alguns tentam performar uma cisgeneridade compulsória que somente as violenta a cada dia, gerando ainda mais sofrimento.

Muitas falas e narrativas contra pessoas trans se construíram através do conservadorismo religioso, especificamente de vertentes cristãs. Santos (2019), Cambraia (2020), Dantas (2023), Miranda e Pimentel (2024) e Fernandes (2025) evidencia isso ao analisar as trajetórias de transgêneros amazônidas, que são permeadas pela religião, gerando sentimentos de culpa, vergonha e medo desde a infância, devido a serem forçados a acreditar

que seus desejos são pecaminosos e que estão destinados à punição eterna, no inferno. Muitos chegam a relatar que, quando crianças, oravam para serem curados, ou para que seus corpos fossem transformados através da vontade divina, demonstrando a forte e persistente doutrinação religiosa, que se faz presente desde cedo. Em outros momentos, a igreja faz interdições ainda mais diretas, como as já citadas tentativas de “cura gay” (no caso específico, “cura trans”) através de cultos, orações, penitências e exorcismos, o que mostra que a transgeneridade é associada a interferências externas de entidades sobrenaturais malignas, ou seja, passível de reversão, pois seria somente um sintoma de possessão e não parte da identidade do sujeito. Em casos em que os indivíduos resistem às investidas de conversão e seguem se identificando e vivendo como trans, há a exclusão desses da comunidade religiosa, resultando em ainda mais segregação (Cambraia, 2020). Assim, observa-se que, enquanto sujeitos cisgêneros facilmente encontram apoio e acolhimento nessas instituições, pessoas trans nortistas são mais uma vez vítimas de discriminação e controle de seus corpos.

O uso de discursos médicos-psicológicos como instrumento de repressão à diversidade de gênero não é uma problemática recente, sendo oriunda do século XX, quando pessoas trans eram patologizadas e enquadradas em categorias como “transexuais verdadeiros”, que eram submetidos à hormonização e cirurgias, e “não verdadeiros”, que eram encaminhados para a psicoterapia para reduzir sua disforia de gênero, ajustando-os à cisgeneridade compulsória. Essa visão reducionista ignora a pluralidade das transidentidades, pois desconsidera a individualidade de cada transgênero, ao impor a redesignação sexual como única forma legítima de transição, e reforça a ideia da transgeneridade como psicopatologia (Rodrigues, Carneiro e Nogueira, 2021). Apesar de normativas atuais do Conselho Federal de Psicologia (CFP), como a Resolução nº 001/2018 e a Nota Técnica nº 011/2025, garantirem um tratamento psicoterapêutico humanizado e não discriminatório, além de proibirem qualquer tipo de terapias de conversão, a literatura analisada aponta que muitos transgêneros nortistas ainda enfrentam inúmeros constrangimentos ao buscar por atendimento psicológico. Segundo Almeida (2022) e Almeida, Neves e Dantas (2024), casos de invalidação e desrespeito do nome social, dos pronomes e da identidade de gênero são recorrentes na clínica psicoterapêutica, o que evidencia a incapacidade de alguns psicólogos em atenderem pacientes trans, o que pode ser influenciado pela ausência de capacitação e por lacunas na formação acadêmica, como explorado por Oliveira (2023). Contudo, essa conduta também demonstra a persistência do preconceito por parte dos profissionais dessa classe contra uma das populações minoritárias que mais necessitam de acolhimento e suporte.

Os achados da literatura são reforçados por Preciado (2021), que expõe veementemente como a psicanálise e a psicologia em geral são campos de estudo marcados por uma origem epistemológica cisheteronormativa e binarista, o que afeta sua produção e disseminação de conhecimentos, assim como a clínica psicoterapêutica até os dias atuais. Ainda hoje, os saberes “psi” reforçam lógicas de dominação e colonização contra corpos transgêneros, em que o indivíduo cisgênero e heterossexual é tido como o modelo de sujeito universal, e os que não se adequam ao binarismo das categorias “homem” e “mulher”, são vistos como desviantes à norma. Ou seja, o olhar acerca da transgeneridade ainda reflete um viés patologizante, oriundo de um passado não tão distante como se pensa. Mesmo com os avanços que visam a despatologização das transidentidades, ainda se faz necessário compreender que o sujeito cis não é central, e que pessoas trans não são somente uma exceção à que a psicologia precisa se adequar, mas sim possibilidades de vida e subjetividade que precisam ser contempladas.

A transição de gênero e a afirmação de um gênero não binário não só coloca em crise as noções normativas de masculinidade e feminilidade, mas também as categorias de heterossexualidade e homossexualidade com as quais a psicanálise e a psicologia normativas trabalham. Quando o diagnóstico de disforia de gênero é rejeitado, quando se afirma a possibilidade de uma vida social e sexual fora do binário, da diferença sexual, as identificações de homossexualidade e heterossexualidade, de ativos e passivos sexuais, do penetrante e do penetrado, também se tornam obsoletas (Preciado, 2021, p. 324).

Como consequência dos horrores a que essa população é submetida, algumas pessoas trans recorrem à adoção de mecanismos de enfrentamento que, por vezes, não são benéficos ou saudáveis, principalmente a longo prazo. Fernandes (2018), Santos (2019), Dantas (2023) e Rodrigues (2024) apresentam o uso de substâncias psicoativas por transgêneros nortistas como forma de suportar todo o sofrimento vivido, e, no caso de trabalhadoras sexuais trans, de permanecerem acordadas e dispostas durante o trabalho. Contudo, essa prática frequentemente resulta no desenvolvimento de dependência química, que agrava a vulnerabilidade social desses indivíduos, assim como potencializa as chances de surgimento ou piora de quadros de transtornos psicológicos. Além disso, estudos como os de Neves (2019), Costa (2023) e Júnior et al. (2024) também abordam a preocupante prática da automutilação entre trans nortistas, configurando-se como uma forma extrema de violência autoprovocada. Esse comportamento autodestrutivo expressa o profundo desespero e auto-ódio de indivíduos que, muitas vezes, não se reconhecem em seus próprios corpos e por isso, desejam mutilá-los, visto que esses são tidos como indesejáveis e insuficientes. Isso não é apenas uma consequência da disforia de gênero, mas também do peso das violências sofridas cotidianamente, que culminam no completo adoecimento psíquico desses sujeitos.

Outro aspecto crítico da saúde mental de transgêneros nortistas é a baixa autoestima de grande parte desse público, que também foi abordada pelos achados da literatura. Araújo (2019), Gomes (2023) e Tamborini (2023) discorrem sobre como a autoimagem das pessoas trans é afetada, não só pela disforia de gênero, mas também pelos padrões estéticos cisnormativos impostos a ela. Nesse contexto, busca-se uma aparência idealizada, que possa proporcionar cada vez mais passabilidade, o que muitas vezes não atende realmente aos desejos genuínos dos sujeitos trans, mas sim às expectativas e pressões acerca da transição de gênero. A sociedade em geral e, até mesmo boa parte da comunidade trans, ainda reproduzem a ideia de que transmasculinos devem ser exemplos de virilidade e hipermasculinidade e que transfemininas precisam performar delicadeza e feminilidade, baseada em lógicas cisheteronormativas. Diante disso, muitos trans nortistas adoecem psicologicamente, e sentem-se inferiores e insuficientes por não atenderem aos estereótipos de beleza socialmente aceitos e não terem suas identidades aceitas e validadas somente por isso, enquanto outros se submetem a procedimentos excessivos e clandestinos, que apesar de aumentarem momentaneamente sua autoconfiança, colocam em risco suas integridades físicas e mentais. Dessa forma, esse cenário evidencia que há uma forte cobrança externa para que as performances de gênero de indivíduos transgêneros sejam similares a de cisgêneros, e que o reconhecimento de sua identidade só se pode dar em consequência dessa adequação, o que gera ainda mais estigmatização e sofrimento para essa população.

Ao “quebrar” essa primeira “caixinha” de gênero, a pessoa trans ainda vai enfrentar outras normas quanto ao gênero com que se identifica. Para Rafael, ao transicionar de gênero, tem-se a exigência para cumprir as expectativas do gênero para o qual se transiciona. Em seu caso, por exemplo, identificar-se como homem trans faz com que seja cobrado dele certas formas de ser homem [...] Rafael destaca que, ao tentar “encaixarem-se”, muitos homens trans acabam adoecendo, por não conseguirem atingir o objetivo de forma rápida ou completa. Por outro lado, julgam os outros homens que não querem seguir um padrão de masculinidade cis (Gomes, 2023, p. 108-109).

Em decorrência das violações que permeiam as vivências trans amazônicas, há um medo constante de sofrer violências transfóbicas durante o dia a dia. A literatura relata que muitos transgêneros se sentem inseguros e ansiosos ao sair na rua para realizar suas atividades cotidianas, pois nunca sabem o que esperar, e por isso precisam se proteger da discriminação de alguma forma. Segundo Wittman (2016), Miranda (2022), Costa (2023), Gomes (2023) e Tarabossi (2025), parte dos trans nortistas adota o auto isolamento ou o ocultamento da transgeneridade como mecanismo de defesa e proteção, buscando evitar agressões por parte do núcleo familiar, da comunidade e dos transeuntes das vias públicas. Dessa forma, alguns evitam

sair de casa, utilizar transportes públicos, andar desacompanhados e socializar com estranhos, enquanto outros vivem como se fossem cisgêneros, escondendo sua identidade de gênero. A adoção de uma vida dupla<sup>18</sup>, ora como trans, outra como cis, pode ser extremamente estressante, por precisarem estar dentro de um “armário” mais uma vez, tendo que, novamente, reprimir quem são. Por outro lado, o isolamento social, somada à frágil ou mesmo inexistente rede de apoio, deixam esse público suscetível ao adoecimento psíquico, devido à extrema solidão. Assim, percebe-se que esses sujeitos precisam escolher entre sua liberdade e saúde mental e sua segurança e integridade, pois se tentam fugir de ser vítimas da transfobia, precisam viver marginalizados ou simulando uma cisgeneridade, nunca podendo ser quem realmente são, sem temer por suas vidas.

Um dos destinos mais complexos e trágicos envolvendo a transgeneridade é a destransição de gênero, processo em que o indivíduo cessa sua transição e adota novamente a identidade de cisgênero. Alguns achados da literatura apresentam relatos de sujeitos nortistas que destransicionaram ou têm o desejo, que são marcados por violentas rejeições, que influenciaram diretamente em suas decisões de voltarem a viver como cis. Wittman (2016) mostra a realidade de uma ex-transfeminina, que destransicionou por não conseguir suportar o abuso e a exclusão a que era submetida. Contudo, essa pessoa afirma que fica desconfortável com a cisgeneridade e sente falta de ser trans, mas que precisa se submeter a isso para se proteger. Por outro lado, Fernandes (2018) descreve a narrativa de outra transfeminina, que devido à exposição às violências por estar em situação de rua, abandonou sua transição e tenta viver como um homem cis, mas não consegue, porque ainda se identifica como travesti e deseja voltar a ter uma aparência feminina. Assim, algumas horas se descreve como travesti, outras como “boy”, por atualmente utilizar de uma performance masculina, para conseguir sobreviver na rua. Outro estudo que retrata isso é o de Dantas (2023), ao relatar a narrativa de um homem trans, que não é aceito pela família e enfrenta dificuldades para continuar a transição de gênero. Por forte influência familiar, frequenta igrejas e questiona sua transgeneridade, pois atualmente vê isso como um pecado, acreditando que precisa de libertação, e que sua questão é espiritual e não de gênero. Contudo, ao mesmo tempo, reconhece que não é algo fácil e vê a continuidade

---

<sup>18</sup> Algumas pessoas trans adotam uma vida dupla devido ao medo de represálias decorrentes do preconceito. Indivíduos considerados mais “passáveis” por vezes ocultam sua transgeneridade e se apresentam como cisgêneros para evitar discriminação. Outros, especialmente aqueles que não passaram por modificações corporais significativas, e que não podem se assumir em todos os meios sociais, optam por utilizar o nome morto e aceitar o tratamento correspondente ao gênero designado ao nascer, como forma de proteção em ambientes hostis, apesar do sofrimento gerado. Em espaços mais acolhedores, porém, expressam o gênero com o qual realmente se identificam. Essas estratégias não negam suas identidades trans, mas demonstram a necessidade de autopreservação diante do risco de agressões, ainda que gerem estresse e hipervigilância constantes.

da transição como um sonho. Essas histórias chamam a atenção para esse problemático cenário, em que pessoas trans internalizam discursos de ódio, adoecem ao ponto de se invalidarem e tentam reprimir quem são, enquanto outros entendem que ser trans é viver como uma eterna vítima que é abusada por todos que lhe rodeiam. Dessa forma, o extermínio da subjetividade trans é visto como única possibilidade de ter paz, segurança e felicidade, precisando sacrificar e deixar sua autenticidade e liberdade para trás.

Ele tomou os hormônios femininos e, enquanto Isadora, chegou a participar de concursos regionais e nacionais de beleza LGBT. Depois, em virtude de uma série de discriminações e problemas pessoais, ingeriu hormônios masculinos e voltou a atender por seu nome de registro, que diz preferir. O trânsito que Lucas/Isadora fizeram em se tratando de gênero é interessante para analisar a não-fixidez das identidades, ainda que em suas falas transpareça saudosismo e melancolia em relação à época em que se apresentava no feminino (Wittman, 2016, p. 124).

O Estado falha em garantir o direito de uma cidadã que, para se proteger, precisa adotar um corpo que se aproxime mais do masculino. Este fracasso estrutural em assegurar a liberdade das pessoas fica visível quando Vitória afirma que têm tentado viver a vida como homem, mas não têm conseguido, pois quer voltar a “ser mulher, travesti” (Fernandes, 2018, p. 77 - 78).

Jorge acredita que seu desinteresse em dar continuidade a transição aconteceu como uma resposta de Deus pelas orações de sua família e representa algo que contraria as vontades de Deus. O cumprimento do padrão cisheteronormativo parece ser a única condição possível para si, juntamente com a possibilidade de alcançar a promessa de salvação como fruto da oração, satisfazer as expectativas anunciadas pela sua família cristã, e o resgate de sua conexão com a mesma por meio da religião (Dantas, 2023, p. 73).

É evidente que muitas das vivências de transgêneros nortistas são permeadas pelo sofrimento psicoemocional e por fatores que potencializam as chances de desenvolvimento de transtornos psicológicos. Ao mesmo tempo, é comum que a transgeneridade e o processo de transição de gênero sejam associados à tristeza e insatisfação constantes, contudo, percebe-se que há uma relação muito mais significativa entre o adoecimento psíquico e as consequências das violências transfóbicas. A literatura demonstra que o que mais causa angústia e adoção de mecanismos não saudáveis para essa população é o trauma e o medo das agressões cotidianas, e não ser transgênero em si. Preciado (2021), ao expor seu local de fala enquanto sujeito trans, demonstra isso claramente, ao contrapor o estereótipo de que o processo transexualizador é algo trágico, perigoso, radical, irreversível e marcado por dor, e relatar que pode ser leve, tranquilo, simples, e acima de tudo, alegre e belo. Ele reforça que, se há um lado intrinsecamente perturbador e sofrido em ser trans, não é ter uma identidade que foge dos padrões, mas sim as terríveis represálias adotadas por uma sociedade cisheteronormativa em decorrência disso, que

pune, agride e extermina as vidas trans. Não é a transgeneridade que está adoecida, mas sim a transfobia que adocece.

#### **6.4 Pessoas trans não se suicidam, são suicidadas: Ideação suicida na população transgênero**

O suicídio entre indivíduos trans é mais uma das graves causas para a reduzida expectativa de vida dessa população, chamando a atenção para a extrema vulnerabilidade psicossocial que essa enfrenta, de forma global, nacional e regional. De acordo com a ANTRA (2018), cerca de 45% das pessoas trans já haviam tentado cometer suicídio em algum momento de suas vidas, enquanto um estudo de Chinazzo et al. (2021) com transgêneros brasileiros aponta que quase 70% desses já tentariam apresentado ideias suicidas. Tais dados são extremamente preocupantes e expõem o trágico cenário de adoecimento psíquico desse público, principalmente quando comparado com os indicadores da população em geral. Contudo, apesar do comportamento suicida ser algo recorrente nas narrativas trans, ainda se trata de uma realidade subnotificada, especialmente no Norte do país, o que se evidencia pela ausência de dados oficiais sobre esse panorama na região. Também se observou a escassez de produções acadêmicas acerca desse recorte específico, sendo encontrado somente uma pesquisa que tinha como objeto principal essa temática. Entretanto, mesmo as que não abordaram esse fenômeno de forma específica, acabam o apresentando ao se aprofundarem nas vivências de trans amazônidas, que muitas vezes são permeadas por ideias e tentativas de suicídio, o que faz com que seja comum se deparar com relatos desse tipo quando se trabalha com esse público.

A literatura apresenta a ideiação suicida em diferentes contextos e fases da vida de sujeitos trans nortistas, demonstrando como esse fenômeno é complexo e multidimensional, e representa um desafio para a qualidade de vida da população trans em geral. Wittman (2016), Cambraia (2020) e Costa (2023) relatam que o comportamento suicida está presente nas trajetórias de alguns indivíduos desde a infância e os primeiros anos após a puberdade, permanecendo durante a adolescência, através de inúmeras tentativas de pôr fim à vida. O grave cenário do comportamento suicida infantil entre transgêneros nortistas reforça mais uma vez a vulnerabilidade das crianças trans nessa região, expostas a uma série de violências, que podem desencadear no adoecimento psíquico, e como supracitado, em mortes precoces. Outros estudos, como os de Porto (2021), Costa et al. (2023), Dantas (2023), Gomes (2023), Tamborini (2023) e Monteiro (2024) apresentam casos de ideiação e tentativas de suicídio durante a vida adulta, especialmente entre trans jovens, durante a faixa etária de 20 a 30 anos. A partir disso,

observa-se que esse fenômeno atinge principalmente pessoas trans no início de suas vidas, afetando mais crianças, adolescentes e jovens adultos, que têm suas saúdes mentais fragilizadas desde cedo, em decorrência de agressões discriminatórias, o que faz com que muitos vejam a morte como única saída para um sofrimento sem fim e tenham seus destinos ceifados ainda na juventude. Mais uma vez, o direito de envelhecer, ou mesmo de chegar à meia idade lhes é negado, através do autoextermínio.

Os pensamentos suicidas, assim como as tentativas propriamente ditas, manifestam-se de diversas maneiras, sendo impossível determinar um único fator desencadeador ou uma causa isolada, pois envolvem aspectos psicológicos, sociais, culturais e fisiológicos. Fatores como meio social hostil, preexistência de transtornos psicológicos, além de predisposições genéticas ou histórico familiar de suicídio são algumas das múltiplas questões que podem influenciar na ocorrência do comportamento suicida. Ao se analisar a literatura, nota-se que certos processos e eventos podem despertar gatilhos na população trans nortista, agravando sentimentos já existentes de angústia. Conflitos e violências intrafamiliares costumam estar presentes nas narrativas de trans nortistas que pensaram ou tentaram cometer suicídio, algumas vezes logo após as agressões. Em seguida, o sofrimento decorrente da disforia de gênero, agravamento de sintomas depressivos, perda de entes queridos e diagnóstico de condições de saúde graves, como HIV/AIDS, também aparecem como potencializadores de ideação suicida (Wittman, 2016; Porto, 2018; Cambraia, 2020; Costa, 2023; Dantas, 2023; Gomes, 2023; Monteiro, 2024). Percebe-se que o sentimento de solidão, gerado pela rejeição familiar e pelo luto, é um forte estressor para o abalo do estado psicológico desses sujeitos, visto que têm suas redes de apoio fragilizadas ou mesmo perdidas, ficando sozinhos perante um mundo de discriminações e marginalizações. Além disso, a disforia e a descoberta de quadros de HIV, que ainda é muito estigmatizado socialmente, podem afetar diretamente na autoestima de transgêneros, provocando crises emocionais profundas.

O ano de 2023 foi o período mais recente a ter uma contabilização de casos de suicídio entre a população transgênero brasileira, no qual, segundo a ANTRA (2024), foi-se registrado o quantitativo de 10 mortes por suicídio. Trata-se de um cenário subnotificado e de difícil monitoramento, visto que há uma escassez de dados oficiais oriundos das instituições públicas, assim como de notícias que apresentem essa temática, pois a divulgação de suicídios pela mídia é algo que deve ser evitado, tanto para a proteção da privacidade dos falecidos quanto para não gerar gatilhos e ideações em demais indivíduos. Assim, se essas ocorrências são pouco relatadas oficialmente no cenário nacional, no contexto amazônica a situação se agrava. Não foram encontradas apresentações de indicadores regionais nos últimos dez anos, nem mesmo através

de fontes informais. O que foi achado foram algumas poucas reportagens ou publicações em redes sociais, que por vezes desumanizavam as vítimas, expondo seu nome morto ou mesmo tratando o óbito de forma jocosa. Além disso, o estudo de Gomes (2023) relata que uma das entrevistadas tirou a própria vida após a realização da pesquisa. Evidencia-se então, que por mais que não haja notificações nessa região, não se pode dizer que os transgêneros nortistas estão imunes à ideação e morte por violência autoprovocada. Pelo contrário, é uma realidade que é pouco retratada, mas extremamente comum, o que se demonstra nos relatos de trans nortistas que não apresentam comportamento suicida, mas que conhecem sujeitos que estão inseridos nesse cenário de risco, algo que é corroborado por profissionais de saúde que atendem esse público (Neves, 2019; Filho, Nascimento e Castro, 2021).

A morte pela violência autoprovocada, através do suicídio, é abordada por Butler (2021) durante sua discussão acerca da destrutividade e da pulsão de morte, conceitos aprofundados por Sigmund Freud, no cenário pós-guerra. A partir disso, observa-se que a violência e seu potencial destrutivo não têm como alvo somente o “outro”, mas muitas vezes o próprio sujeito, por uma série de questões. Assim, é possível relacionar a condição de saúde psíquica da população trans nortista, constantemente prejudicada e exposta a cenários traumatizantes, com a autodestruição abordada por Freud. Se os sintomas pós-traumáticos da guerra, que bombardeavam as testemunhas e vítimas de atrocidades, tiveram potenciais adocedores há mais de um século, o que impede de isso também se repetir com uma comunidade historicamente oprimida, que se vê diante do surgimento de uma forte onda conservadora, que busca a extinção das identidades trans? Se a noção de autodestruição está alinhada ao rompimento dos laços sociais, o que se pode falar dos transgêneros nortistas, que desde cedo, são expulsos de suas casas, de suas comunidades e da sociedade em geral?

Dessa forma, é necessário questionar: a única forma dos transgêneros amazônidas encontrar um fim para esse sofrimento eterno é através do autoextermínio? Por que parte dessa população somente consegue visualizar uma fuga das cruéis violências através do ocultamento ou abandono de sua identidade, uma outra forma de morte, silenciosa e socialmente aceita? A partir disso, a subjetividade do eu é assassinada, e somente resta um corpo, que ainda consegue respirar, andar e performar, mas no qual não há mais vida, não há mais ninguém ali, o habitando. Do mesmo modo, por que o fim da existência, no aspecto material, através do ato suicida, em que se abandona completamente esse mundo, também é adotado como forma de escapar da dor? Não há mais esperanças para esses sujeitos, a partir do momento em que se reconhecem como disruptivos à cisgeneridade? Não há mais garantias para o direito de existir, de viver e não somente sobreviver? Tudo o que lhes é oferecido é a solidão? O silêncio? A morte? É essa a

impressão que muitas das pessoas trans do Norte brasileiro têm, pelo menos em algum momento de suas vidas, em decorrência dos horrores que os cercam constantemente, das portas que sempre estão fechadas para eles, e dos (não) lugares que são forçados a ocupar. Por isso, tantos ativistas da causa insistem: pessoas trans não se suicidam, são suicidadas pela sociedade desumana que as violenta diariamente, e lhes força a morrer, e que até mesmo faz pouco, ri e celebra ao ver seus corpos desvividos.

O atentado contra a própria vida é um ato de extremo desespero de quem considera a morte uma alternativa melhor do que a vida nas condições que se leva, o suicídio de pessoas transgênero é apontado como um índice de transfobia porque os sofrimentos a que estão submetidas essas pessoas se dá principalmente em virtude de sua condição de gênero, são as perseguições sofridas em virtude dessa condição que causam o adoecimento dessas pessoas, levando à morte um corpo que já encontra-se esvaziado de humanidade, de dignidade, de vida (Cambraia, 2020, p. 83).

### **6.5 A força da não-violência: Práticas de resistência no cenário transgênero amazônida**

Tendo em vista tudo que foi anteriormente exposto, é possível que se tenha a impressão de que esse ciclo de sofrimento e violência não tem um fim, e que as pessoas trans nortistas estão fadadas a seguir sendo parte de estatísticas trágicas e pessimistas. Contudo, tudo pode lhes ser negado, exceto pela esperança. E é na esperança que se encontram possíveis saídas e formas de combate e resistência às estruturas socioculturais que fomentam as opressões sistêmicas enfrentadas por essa população. Para Butler (2021), a não violência pode ser um instrumento fundamental de força contra a discriminação disseminada em direção aos grupos minoritários, como é o caso dos transgêneros nortistas. Segundo a autora, num contexto marcado pela violência, a não violência deve ser adotada, mostrando sua potência mesmo em cenários caóticos.

Na verdade, quando o mundo se apresenta como um campo de força de violência, a tarefa da não violência é encontrar formas de viver e agir nesse mundo, de tal maneira que a violência seja controlada ou reduzida, ou que sua direção seja invertida, precisamente nos momentos em que ela parece saturar esse mesmo mundo e não oferecer saída (Butler, 2021, p. 25).

Contrariando a ideia de que a não violência tem sua origem em uma posição de passividade e fraqueza, a sua força e significativa capacidade de gerar mudanças apresentam possibilidades disruptivas à destrutividade da transfobia social e institucional. Assim, Butler ressalta que há formas de luta e resistência que não envolvam o uso das mesmas ferramentas utilizadas pelos algozes, ao mesmo tempo em que são eficazes e promovem transformações. Dessa forma, a não violência é uma estratégia para o alcance de uma igualdade radical, de um

modo em que não haverá vidas que são deixadas para morrer, simplesmente por já serem vistas como mortas socialmente no imaginário social. A partir disso, há inúmeros mecanismos de combatividade não violenta que podem ser utilizados para reivindicar direitos às comunidades historicamente esquecidas, como a população trans, que vão desde manifestações, greves, paralisações, ocupações, boicotes, assembleias públicas, entre muitas outras práticas que questionam, criticam e desmobilizam as bases estruturais da opressão, no caso específico, da transfobia.

Através dos ideais de solidariedade, baseados na interdependência intrínseca às relações humanas, e de igualdade, a não violência busca resistir às inúmeras violações que permeiam as vivências de grupos vulneráveis. A organização em movimentos sociais mostra-se não somente como uma estratégia historicamente eficaz contra sistemas de extermínio, mas que também oferece proteção, suporte e cuidado, tanto em questões físicas quanto psicoemocionais, algo que também foi abordado pelos achados da revisão literária. Lima (2020, 2021), Rodrigues (2024), Silva (2025) e Tarabossi (2025) retratam a importância dos coletivos de militância e voluntariado social para a comunidade trans nortista, pois são esses que muitas vezes lhe tiram de situações de pobreza extrema, diversos abusos e sofrimento psicoemocional. São neles que boa parte da população trans encontra horizontes que vão além do persistente desamparo.

Trata-se de um grupo minoritário que é extremamente estigmatizado desde os primeiros anos de vida. Por isso, o cuidado com pessoas trans deve existir, ainda na infância, e para isso se faz urgente o reconhecimento da existência de crianças trans, que são tão violadas e invisibilizadas, algo que permanece na vida adulta. Além disso, atualmente há constantes tentativas de apagamento das identidades trans, mesmo dentro da própria comunidade LGBTQIAPN+, o que se relaciona novamente com o conceito trabalhado por Butler (2021) da existência de vidas não vivíveis, que são desvalorizadas e desqualificadas. Faz-se urgente, então, uma prática de não violência solidária, que promova união e o combate à discriminação e o esquecimento de qualquer letra, de qualquer minoria, de qualquer vida.

Outro interessante caminho de luta contra o ciclo de opressões transfóbicas é a resistência acadêmica. Por muito tempo, foi um lugar negado para a população trans, e ainda hoje, poucos transgêneros o ocupam. Preciado (2021) apresenta uma mudança no panorama mundial, pois por muitos anos, o ser transgênero era apenas um objeto a ser estudado, visto como um perverso psicosssexual pelo viés psicológico e médico. Hoje, há estudantes, profissionais e pesquisadores trans, que atuam e produzem conhecimentos, e questionam a epistemologia binarista dominante. Ou seja, o ambiente acadêmico também tem se tornado um espaço de combate à transfobia, seguindo os preceitos da não violência e buscando promover

igualdade, ao mesmo em que se deslegitima e propõe mudanças às estruturas coercitivas que violentam os corpos dissidentes.

Há inúmeras formas de resistência ao sistema cisheteronormativa, que atendem aos princípios da não violência. A partir dela, busca-se a construção de um mundo menos desigual, em que todas as vidas sejam reconhecidas como dignas de luto, de preservação e de valor. Essa postura não vem de um lugar passivo, fraco ou apolítico, mas constitui uma estratégia ética e política de enfrentamento à violência estrutural que regula os corpos, os desejos e as existências.

Em certo sentido, temos de escancarar o horizonte desse imaginário destrutivo em que tantas desigualdades e apagamentos acontecem hoje. Devemos combater aqueles que estão comprometidos com a destruição, sem reproduzir sua destrutividade. Compreender como lutar dessa maneira é a tarefa e o dever de uma ética e uma política não violentas (Butler, 2021, p. 62).

Através do pensamento de Foucault (1979), compreende-se que o poder não é algo estático ou que está concentrado apenas nas mãos dos agressores transfóbicos ou do Estado; ele é fluido, difuso e atravessa todas as relações sociais. Assim, mesmo uma população historicamente reprimida como a comunidade trans pode adotar práticas que demonstram poder para combater e deslegitimar as estruturas coercitivas da transfobia social e institucional. Dessa forma, resistir de forma não violenta significa reivindicar o direito de existir fora da norma, de inventar novas formas de vida que não estejam subordinadas aos padrões de cisgeneridade e binaridade. Nesse sentido, vislumbra-se um futuro em que há uma potência coletiva de reimaginar o que pode ser considerado ser humano.

## **7. ENCAMINHAMENTOS FINAIS: Possíveis saídas para o enfrentamento da violência contra pessoas trans no Norte brasileiro**

O presente trabalho buscou retratar as vivências de pessoas transgêneros no contexto regional do Norte brasileiro, e como essas são influenciadas por violências transfóbicas cotidianas. Através da análise dos achados da literatura e da pesquisa documental, observou-se que as violações são constantes, na maioria das vezes oriundas desde a infância, e persistem até o fim da vida das vítimas. Além disso, são diversas, multidimensionais e muito graves, pois ocorre uma total desumanização dos sujeitos trans, visto que são despidos da condição de ser humano, de ser existente, e tratados como aberrações, ou mesmo fantasmas sociais.

Os resultados expõem os prejuízos da transfobia social e institucional para a qualidade de vida dessa população, o que reflete em sua expectativa de vida, que é significativamente inferior aos indicadores brasileiros gerais. Os obstáculos para o acesso a direitos básicos e condições mínimas de vida são cotidianos, como se as portas estivessem sempre fechadas para esse público, mesmo quando há legislações que garantem seu usufruto. Em decorrência disso, uma grande parte desses indivíduos se encontra em contextos de insalubridade, com suas saúdes prejudicadas, tanto no aspecto físico quanto psicológico, apenas sobrevivendo, expostos a variados riscos de forma diária, numa marginalização total.

Devido a isso, há uma relação entre as experiências de discriminação e vulnerabilidade e o desenvolvimento de quadros de transtornos psicológicos, tendo em vista a frequente exposição a situações extremas de violências e outras formas de violações de direitos humanos, que potencializam o sofrimento psíquico. Assim, muitos trans nortistas encontram-se fortemente abalados emocionalmente, vivenciando sintomas de estresse, ansiedade, pânico e depressão contínuos. O isolamento social a que são submetidos, assim como a própria escolha de evitar sair como forma de fugir de possíveis agressões, agrava esse cenário. Ademais, também há a adoção de mecanismos não saudáveis para lidar com essa angústia, como o uso de substâncias psicoativas, que pode desencadear dependência química, e a automutilação.

Considerando todos os horrores relatados, algumas pessoas trans nortistas sentem-se completamente desamparadas, e em desespero, somente encontram saídas para além das violências através do ocultamento de sua identidade, ou mesmo da destruição de gênero, pois não acreditam que serão acolhidas ou que estarão em segurança se não reprimirem quem são. Enquanto isso, outros se deparam com o auto extermínio como solução para uma problemática que lhes parece impossível de vencer, e através do suicídio, buscam escapar de um mundo que insiste em lhes negar.

Nesse contexto, faz-se necessário reconhecer também as limitações que atravessam este trabalho. Essas estão relacionadas, sobretudo, ao método adotado, visto que a ausência de inserção direta em campo restringe o aprofundamento das subjetividades das vivências trans nortistas. Soma-se a isso a carência de estudos sobre a temática, uma vez que grande parte das pesquisas analisadas se concentrou em capitais e grandes centros urbanos da Região Norte, evidenciando lacunas de informações referentes às pessoas trans residentes em localidades interioranas e rurais. Observou-se ainda que muitos estudos abordam a população transgênero em geral ou com maior foco em pessoas transfemininas, havendo poucos trabalhos voltados especificamente às vivências de pessoas transmasculinas e não binárias, o que limita a compreensão das especificidades sociais, políticas e de saúde desses grupos. Por fim, os resultados desta pesquisa demonstram que a já mencionada precariedade de dados oficiais sistematizados acerca da população trans nortista e da incidência da transfobia na região dificulta análises mais precisas e consistentes, contribuindo para a subnotificação das violências e para a invisibilização das desigualdades enfrentadas por esse grupo.

Contudo, há possíveis caminhos que vão além da morte precoce, seja ela por homicídios, doenças ou suicídios. Nesse contexto, a não violência surge como uma possibilidade de estratégia política para a resistência transgênero nortista, através de uma prática que rejeita o uso da destrutividade como forma de luta, ao mesmo tempo em que visa promover transformações estruturais. A organização em coletivo de movimentos sociais, as manifestações, a resistência acadêmica, entre outras potencialidades se destacam como saídas para o enfrentamento da transfobia no Norte brasileiro, sem precisar se submeter ao *modus operandi* dos opressores.

A partir disso, este trabalho visa fazer parte dos avanços quanto ao usufruto de direitos humanos pela população transgênero amazônica e resistir à invisibilidade imposta socialmente. Apesar de haver uma crescente de estudos acerca de narrativas trans oriundas do Norte nos últimos dez anos, ainda há uma escassez de diversidade de produções acadêmicas referentes a uma temática extremamente grave. Isso se agrava ainda mais ao se falar de pessoas transmasculinas e não binárias, e do adoecimento psíquico e de ideação e comportamento suicida entre esse público.

Faz-se urgente que a comunidade em geral, que envolve diversas instituições, como o poder executivo, casas legislativas, escolas e universidades; os serviços públicos, de saúde básica e especializada, assistência, entre outros; os espaços que perpassam as vivências de sujeitos trans, como as vias públicas, shoppings e ambientes de trabalho; e toda a população nortista, entenda e se mobilize quanto à necessidade de respeitar, cuidar, proteger e garantir o

acesso a direitos a esse grupo tão historicamente violentado, especialmente pelo poder do Estado, que ora o agride de forma explícita, ora o negligencia, fechando inúmeras portas para esses sujeitos. Assim, é necessário a criação de novas políticas públicas voltadas ao público trans, que sejam realmente eficazes e possíveis de se colocar em prática, ao mesmo em que as já existentes devem permanecer ou ser melhoradas, para que possam ser realmente seguidas e atingir seus objetivos de forma completa.

Embora este trabalho tenha se debruçado sobre a densidade específica das violências transfóbicas, é crucial sublinhar que tais violências não ocorrem de forma isolada, mas são intrinsecamente interseccionais. O conceito de interseccionalidade, cunhado por Kimberlé Crenshaw (2002) pode ser um dos caminhos possíveis para uma análise psicossocial mais aprofundada em um próximo estudo, o que nos alerta que as experiências de pessoas transgêneros são moldadas pela convergência de múltiplos eixos de opressão, como raça, classe, gênero, sexualidade contexto e território. Uma pessoa trans negra, pobre e periférica da região Norte vivencia camadas de violência radicalmente distintas das vividas por uma pessoa trans branca e de classe média. Nesse sentido, concordamos com Conceição Nogueira (2017) quando afirma uma psicologia, emancipatória, que deve deslocar seu foco a considerando também uma lente interseccional, o que nos inspira a compreender o sofrimento psíquico não como uma patologia inerente ao sujeito, mas como uma resposta compreensível a um mundo violentamente transfóbico, racista e classista. Esta perspectiva pode ser, um dos muitos caminhos para desconstruir a tradição patologizante da psicologia e, em seu lugar, forjar estratégias de cuidado e de luta política que considerem a totalidade das opressões, tornando-as, portanto, mais contextualizadas, eficazes e capazes de mitigar ou enfrentar a violência em sua complexidade.

A comunidade acadêmica, em específico, também precisa se movimentar para fortalecer e desenvolver espaços e pesquisas que mostrem a relevância de ouvir as vozes e trajetórias trans, permitindo uma maior compreensão e desconstrução a respeito dessas. Por muitos anos, a psicologia e seus profissionais fizeram parte da violação de corpos e subjetividades trans, considerando-os patológicos e perversos, o que fez com que inúmeros fossem submetidos a tratamentos completamente desumanos e cruéis. Hoje, o cenário parece caminhar para uma mudança, ainda que lenta, mas positiva, de buscar incluir e ouvir as vozes dissidentes. Por isso, este trabalho é somente mais um, e devido as suas limitações, não termina aqui. Precisa-se que outros venham posteriormente, complementem, reescrevam, remodelem, desconstruam e reconstruam. Infelizmente a transfobia não acabará aqui, mas um passo foi dado, e a esperança

resiste. Enfim, para finalizar, recorre-se à Butler (2021) e a sua compreensão de que “às vezes, continuar a existir sob a opressão das relações sociais é a derrota decisiva do poder violento.”

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Domingos Sávio Nascimento de. **Motivos pelos quais a população de Mulheres Trans e Travestis não procuram atendimento na Unidade Saúde da Família.** Orientador: Prof. Dr. Eduardo Jorge Sant’Ana Honorato. 2024. Dissertação (Mestrado em Saúde da Família) - Programa de Pós-Graduação em Saúde da Família - PROFSAÚDE, Universidade Estadual do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2024. Disponível em: <https://ri.uea.edu.br/server/api/core/bitstreams/8f7ad093-5f40-46bc-b79c-9e655ab04f8e/content>. Acesso em: 13 set. 2025.

ALMEIDA, Gabriel Ponce de Leão Lima. **Perspectivas e Vivências de Microagressões de Pessoas Trans e Travestis na Cidade de Manaus.** Orientador: Prof. Dr. André Luiz Machado das Neves. 2022. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2022. Disponível em: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dicante/download/207-1.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

ALMEIDA, Gabriel Ponce de Leão Lima; NEVES, André Luiz Machado das; DANTAS, Daniela dos Santos. Experiências de microagressões contra a identidade não binária. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 20, p. 121–141, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/53074>. Acesso em: 09 set. 2025.

ALVES, Schirlei; SEMENTE, Marcella. Mulheres trans e travestis jovens concentram casos de autolesões. **Gênero e Número**, 08 mar. 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/autolesao-mulheres-trans-e-travestis/>. Acesso em: 02 dez. 2024.

ARAÚJO, Laryssa Nogueira dos Anjos. **Avaliação da imagem corporal, autoestima e qualidade de vida da população transexual.** Orientador: Prof. Dr. Pierre Soares Brandão. 2019. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Psicologia) - Centro Universitário Luterano de Palmas, Palmas, Tocantins, 2019. Disponível em: <https://share.google/KCovljJPgSYpclYsS>. Acesso em: 15 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO DE TRAVESTIS, TRANSEXUAIS E TRANSGÊNEROS DO ESTADO DO AMAZONAS (ASSOTRAM). **NOTA PÚBLICA.** [Foto]. Instagram, @assotram. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CeJNdR8L3KI/?igsh=bHJsYnFuNG10cnQ=>. Acesso em: 20 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020.** Brasil: Antra, 2021. 136 p. Disponível em: [ASSASSINATOS E VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS E TRANSEXUAIS BRASILEIRAS EM 2020](#). Acesso em: 15 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023.** Brasil: Antra, 2024. 125 p. Disponível em: [DOSSIÊ](#). Acesso em: 02 dez. 2024.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). **Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024.** Brasil: Antra, 2025. 144 p. Disponível em: [dossie-antra-2025.pdf](#). Acesso em: 14 set. 2025.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS DO BRASIL (ANTRA). **Precisamos falar sobre o Suicídio das pessoas Trans!** Brasil, Antra, 2018. Disponível em: [Precisamos falar sobre o Suicídio das pessoas Trans! – Associação Nacional de Travestis e Transexuais](#). Acesso em: 20 set. 2025.

BARROS, Lídio Fernando Yale Vieira. “**Corpo feito no olho para o olhar**”: contornos da trans-formação de gênero nas experiências das trans-travestis no contexto de prostituição em Araguaína-TO. Orientador: Prof. Dr. Dernival Venâncio Ramos Jr. 2018. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, Tocantins, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/1641>. Acesso em: 02 out. 2025.

BARROS, Lídio Fernando Vieira. Sujeitos “Transviados”: A Situação do Atendimento de Saúde das Pessoas Trans em Araguaína-TO. **Revista Gênero e Direito**, v. 7, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/35214>. Acesso em: 08 ago. 2025.

BARROSO, Lucas Bernardo; CARDOSO, Wladirson Ronny da Silva. O Não Lugar de Pessoas Trans no Currículo da Disciplina Educação Física em Escolas de Belém do Pará. **Iniciação Científica Cesumar**, v. 20, n. 1, p. 17 - 30, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/iccesumar/article/view/650>. Acesso em: 10 ago. 2025.

BONTEMPO, Valéria Lima. Judith Butler: notas introdutórias sobre a força da não violência. **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 13, n. 26, p. 555–574, 2022. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/SapereAude/article/view/29217>. Acesso em: 29 out. 2025.

BUTLER, Judith. **A força da não violência**: um vínculo ético-político. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CABRAL, Gabriela Gonçalves. Os sonhos de pessoas trans no estado do Pará: a liberdade ou a capacidade de se autodeterminar. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura (REBEH)**, v. 7, n. 22, 2024. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/18420>. Acesso em: 02 dez. 2024.

CAMBRAIA, Chayenne Da Silva Farias. **Cidadania Transviada**: Violência de Gênero Contra Travestis e Transexuais em Macapá - AP. Orientadora: Profª. Dra. Carmentilla das Chagas Martins. 2020. Dissertação (Mestrado em Estudos de Fronteira) – Departamento de Pós-Graduação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2020. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/889>. Acesso em: 02 dez. 2024.

CHINAZZO, Ítala Raymundo et al. Impacto do estresse de minoria em sintomas depressivos, ideação suicida e tentativa de suicídio em pessoas trans. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, p. 5045–5056, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/9jjxfFmdYWBjWQD5Xc5kZVf/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 28 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota Técnica sobre a Atuação de Profissionais de Psicologia no Atendimento às Pessoas Trans, Travestis e Não Binárias.** Brasília, 2025. Disponível em: [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/04/SEI\\_CFP-2140234-Nota-Te%CC%81cnica.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2025/04/SEI_CFP-2140234-Nota-Te%CC%81cnica.pdf). Acesso em: 21 out. 2025.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Resolução nº 1, de 29 de janeiro de 2018.** Brasília, 2018. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2018/01/Resolu%C3%A7%C3%A3o-CFP-01-2018.pdf>. Acesso em: 21 out. 2025.

CORPO de mulher trans aparece boiando em igarapé de Manaus. **G1 Amazonas**, Manaus, 28 mai. 2022. Disponível em: [Corpo de mulher trans aparece boiando em igarapé de Manaus | Amazonas | G1](https://g1.globo.com/ma/ma-15/noticia/2022/05/28/corpo-de-mulher-trans-appeare-boiando-em-igarape-de-manaus-g1.g1.html). Acesso em: 05 nov. 2025.

COSTA, Gleicy Barbosa da et al. Pessoas trans, identidade de gênero, autopertencimento: olhar fenomenológico. **Periódicos UFAM**. Amazonas, 2023. 31 p. Disponível em: <https://periodicos.ufam.edu.br/index.php/amazonica/article/view/12605/8546>. Acesso em: 19 out. 2025.

COSTA, Luziane Vitoriano da Costa. **Navego pelas águas amazônicas da trans-form-ação:** ideias e tentativas de suicídio em homens trans e pessoas transmasculinas. Orientador: Prof. Dr. Ewerton Helder Bentes de Castro. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9729>. Acesso em: 02 dez. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 171-188, 2002. Disponível em: [http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026x2002000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026x2002000100011&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt). Acesso em: 28 nov. 2025.

DANTAS, Daniela dos Santos. **Transmasculinidades e parentalidade:** produção de sentidos e significados de homens trans que engravidaram antes da transição de gênero. Orientador: Prof. Dr. André Luiz Machado das Neves. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas. Manaus, Amazonas, 2023. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9899>. Acesso em: 13 out. 2025.

DANTAS, Daniela dos Santos et al. Sentidos e significados de parentalidade entre homens trans que engravidaram antes da transição de gênero. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 29, n. 4, p. e19532023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232024294.19532023>. Acesso em: 02 dez. 2024.

DUQUE, Andrews do Nascimento. **Ser Travesti:** Significados Atribuídos por um Grupo de Travestis da Cidade de Manaus. Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Iolete Ribeiro da Silva. 2015. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2015. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/4813>. Acesso em: 12 ago. 2025.

FALCÃO, Kary Jean. Nome social de estudantes travestis e transexuais: caminhos para uma pedagogia trans-formadora. **Revista de Estudos de Literatura, Cultura e Alteridade - Igarapé**, Porto Velho, Rondônia, v.5, n.1, p. 218-241, 2017. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/igarape/article/view/2495/1988>. Acesso em: 02 out. 2025.

FALCÃO, Kary Jean. Professoras travestis e transexuais em Rondônia: trajetória, desafios e perspectivas. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 2, p. 8–33, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/33169>. Acesso em: 02 dez. 2024.

FERNANDES, Alexandre Araripe. **A (Re)existência da transfeminilidade de “pessoas indígenas T” Javáe e Karajá aldeias da Ilha do Bananal na Amazônia Tocantina**. Orientador: Damião Rocha. Co orientador Marcos Irondes Coelho 2021. Relatório de Pesquisa (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação Profissional em Educação (PPPGE). Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Tocantins, 2021. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/bitstream/11612/6687/1/Alexandre%20Araripe%20Fernandes%20-%20Tese.pdf>. Acesso em: 28 out. 2025.

FERNANDES, Cássio Péres. **"Ela é diva da sarjeta, seu corpo é uma ocupação!"**: cotidiano das transgeneridades femininas em situação de rua na cidade de Manaus - AM. Orientador: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup>. Adriana Rosmaninho Caldeira de Oliveira. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6735>. Acesso em: 12 set. 2025.

FERNANDES, Kai Henrique Silva. **Revisitando (Trans)Midiático**: autobiografia trans. Orientador: José Flávio Gonçalves da Fonseca. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Teatro) - Departamento de Letras e Artes, Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, 2022. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/710>. Acesso em: 10 out. 2025.

FERNANDES, Kai Henrique Silva. **Entre a formação e a (trans)formação experiências e resistências de estudantes trans na Universidade Federal do Amapá**. Orientador: Prof. Dr. Alexandre Adalberto Pereira. 2025. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, 2025. Disponível em: [https://www2.unifap.br/ppged/files/2025/09/Dissertacao\\_-Kai-Henrique-Silva-Fernandes\\_V.-final.pdf](https://www2.unifap.br/ppged/files/2025/09/Dissertacao_-Kai-Henrique-Silva-Fernandes_V.-final.pdf). Acesso em: 25 out. 2025.

FILHO, José Bernardes da Silva; NASCIMENTO, Ana Carolina Peixoto do; CASTRO, Gustavo Henrique Carvalho de. Pacientes Trans e Cuidado Multiprofissional em Centros de Atendimento Psicossocial. **Revista Polis e Psique**, v. 11, n. 3, p. 56–80, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2238-152X.105552>. Acesso em: 25 set. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução: Roberto Machado. Rio de Janeiro, Edições Gerais, 1979.

GAMA, Sabrina de Oliveira; OLIVEIRA, Laís Gabrielle Cardoso de; HARAYAMA, Rui Massato. Obstáculos no acesso à cidadania de homens trans em instituições de ensino superior do Baixo Amazonas, Pará. In: CRUZ, Daniel Luís Viana (Org.). **Educação: Aspectos Gerais**. 1. ed. Triunfo, PE: Editora Omnis Scientia, 2021, p. 31-36. Disponível em: <https://editoraomnisscientia.com.br/catalogos/ciencias-humanas/educacao-aspectos-gerais/>. Acesso em: 02 out. 2025.

GOMES, Gleidson Wirllen Bezerra. **OLHARES DA/NA CI(S)DADE**: transexualidades /travestilidades, raça e práticas nos espaços citadinos de Belém – PA “em plena luz do dia”. Orientador: Prof. Dr. Flávio Leonel Abreu da Silveira. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2023. Disponível em: [https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/15935/1/Tese\\_OlharesTransexualidadesTravestilidades.pdf](https://www.repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/15935/1/Tese_OlharesTransexualidadesTravestilidades.pdf). Acesso em: 02 dez. 2024.

GUEDES, Ellen de Moraes. **Assimetrias de acesso e (in)visibilidade das pessoas transgênero na Atenção Primária à Saúde de Porto Velho – Rondônia**. Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Daiana Evangelista Rodrigues Fernandes. 2024. Trabalho de Conclusão do Curso (Graduação em Enfermagem) - Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, Rondônia, 2024. Disponível em: <https://ri.unir.br/jspui/handle/123456789/5156> Acesso em: 02 dez. 2024.

JÚNIOR, Erivan Clementino Gualberto et al. Qualidade de vida relacionada à saúde de pessoas trans usuárias de serviço de saúde especializado em Manaus, 2023: um estudo transversal. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 33, n. spe1, p. e2024361, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/swDGCmfDzF3yLySst7dfVCy/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2025.

LIMA, Michele Pires. Cotidiano, violência e movimento social: histórias de uma travesti militante em Manaus (1996-2017). **Revista Aedos**, v. 12, n. 26, p. 323–344, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/96763>. Acesso em: 28 set. 2025.

LIMA, Michele Pires. **Senhoras do Tempo**: Cotidiano, Trabalho e Ativismos de Travestis e Transexuais em Manaus (1992-2019). Orientador: Prof. Dr. Júlio Cláudio da Silva. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2021. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8614>. Acesso em: 28 set. 2025.

LOPES, Davi Haydee Almeida. "**Morreu? Não vai dar em nada, melhor nem ter o trabalho**": uma análise dos assassinatos de travestis em Belém. Orientadora: Luanna Tomaz de Souza. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Instituto de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15898>. Acesso em: 09 out. 2025.

LOPES, Raquel. Mulheres trans enfrentaram barreiras para denunciar violência doméstica. **Amazonas Atual**, 24 abr. 2022. Disponível em: <https://amazonasatual.com.br/mulheres-trans-enfrentaram-barreiras-para-denunciar-violencia-domestica/>. Acesso em: 05 out. 2025.

MIRANDA, Davi. Eu Quero Ser um Cara no Mundo da Vida: luta de um homem trans por reconhecimento. **SEÇÃO C: Relato de Pesquisa Empírica. Gênero na Amazônia**, Belém, n. 22, jul./dez., 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/generoamazonia/article/view/13485/9371>. Acesso em: 13 out. 2025.

MIRANDA, Davi; PIMENTEL, Adelma. **Tornar-se homem**: reconhecimento da identidade psicológica transmasculina. Belém: Editora IFPA, 2024. Disponível em: <https://proppg.ifpa.edu.br/documentos-e-formularios/editora-ifpa/2665-e-book-reconhecimento-da-identidade/file>. Acesso em: 13 out. 2025.

MELO, Willams Costa de. **Cuidado em saúde de mulheres trans e travestis**: narrativas de trabalhadores/as da saúde e usuárias da Atenção Básica no interior do Amazonas. Orientador: Prof. Dr. Breno de Oliveira Ferreira. 2024. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2024. Disponível em: <http://ri.uea.edu.br/handle/riuea/7346>. Acesso em: 18 out. 2025.

MIWA, Hellen Yuki Costa; NEVES, Andre Luiz Machado das; THERENSE, Munique. Negociações Cotidianas de Travestis e Mulheres Trans Trabalhadoras Sexuais. **Psicologia em Pesquisa**, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 1-24, 2022. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1982-12472022000100010&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-12472022000100010&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 14 out. 2025.

MONTEIRO, Eduardo Pereira. **Cabelo, Corpo e Identidade**: etnografia sobre a construção da identidade de mulheres trans e travestis em Manaus. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Flávia Melo da Cunha. 2024. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2024. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/11142>. Acesso em: 12 ago. 2025.

NARCISA, Tayana; BONETS, Vitor. Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê. **CNN Brasil**, Belém, 27 jan. 2025. Disponível em: [Brasil é o país que mais mata pessoas trans e travestis, aponta dossiê](#). Acesso em: 04 nov. 2025.

NASCIMENTO, Ana Cecília Lopes. **Centro de acolhimento LGBT Casa Miga**: Projeto de Reestruturação da Sede. Orientador: Prof. Dr. Roger Pamponet da Fonseca. 2024. Trabalho de Conclusão do Curso (Bacharelado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2024. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/8078>. Acesso em: 12 out. 2025.

NAVES, Fernanda Bandeira Franco et al. Saúde e bem-estar da população trans: autocuidado e os impactos do uso de hormônios sem acompanhamento médico. **Asclepius International Journal of Scientific Health Science**, São José dos Pinhais, v. 4, n. 6, p. 247 - 258, 2025. Disponível em: <https://asclepiushealthjournal.com/index.php/aijshs/article/download/151/141/520>. Acesso em: 19 out. 2025.

NETA, Maria José Galdino da Costa. **Por trás do “normal”**: Uma reflexão sobre a precarização da mulher transexual no mercado de trabalho na cidade de Parintins/AM. Orientador(a): Profa. Ma. Maria de Lourdes F. da Silva. 2025. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Humanas) - Universidade Federal do Amazonas, Parintins, Amazonas, 2025. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/9189>. Acesso em: 05 out. 2025.

NEVES, André Luiz Machado das. **“Política é vida”**: ativismo e política de saúde trans em Manaus (AM). Orientador: Prof. Dr Horacio Federico Sívori. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/4480>. Acesso em: 02 dez. 2024.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Bahia: Editora Devires, 2017.

NUNES, Ane Caroline Coutinho. **Significados da Escolarização para Travestis na Cidade de Manaus**. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iolete Ribeiro da Silva. 2015. Iniciação Científica; (Graduando em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2015. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/4667>. Acesso em: 06 ago. 2025.

OLIVEIRA, Adelaide Suely de et al. Revisão da literatura: estudos sobre pessoas transgêneros e masculinidades no Brasil. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 4, p. e18912441178, 2023. Disponível em: <https://rsdjournal.org/rsd/article/view/41178>. Acesso em: 24 out. 2025.

OLIVEIRA, Carlos Henrique Bianchi; VALE, Jessica de Sousa. Transcendendo Obstáculos: Desafios no Mercado de Trabalho para a População Trans em Ariquemes - RO. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**, v. 1, n. 2, p. 62–81, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.31072/rcf.v15i2.1434>. Acesso em: 02 ago. 2025.

OLIVEIRA, Eden Queiroz de. **Por uma escuta subversiva: a clínica psicanalítica frente às transidentidades não-binárias**. Orientador: Prof. Dr. Marck de Souza Torres. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2023. Disponível em: <http://riu.ufam.edu.br/handle/prefix/6758>. Acesso em: 13 out. 2025.

PORTO, Rafael Luiz de Aguiar. **Sentidos atribuídos a partir do diagnóstico de HIV/AIDS em mulheres transgênero à luz da fenomenologia de Heidegger**. Orientador: Prof. Dr. Ewerton Helder Bentes de Castro. 2018. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2018. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6752>. Acesso em: 09 out. 2025.

PRECIADO, Paul B. Eu sou o monstro que vos fala. Tradução: Sara Wagner York. **Cadernos PET Filosofia**, Curitiba, v. 22, n. 1, p. 278-331, 2021 (2022). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5380/petfilo.v22i1.88248>. Acesso em: 02 set. 2025.

ROCHA, Maiara Regina Matos da. **Infância trans: memórias e vivências entre a performatividade de gênero e a gestalt-terapia**. Orientador(a): Profa. Dra. Carolina Souza Pedreira. 2022. Artigo de Graduação (Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Tocantins, Miracema do Tocantins, Tocantins, 2023. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11612/5001>. Acesso em: 05 out. 2025.

RODRIGUES, João Batista de Felipe. **“Não quero mais trabalhar na rua”**: Uma análise discursiva de relatos de mulheres refugiadas transgêneros em Manaus. Orientador: Prof. Dr. Leonard Christy Souza Costa. 2024. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2024. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10777>. Acesso em: 05 out. 2025.

RODRIGUES, Liliana; CARNEIRO, Nuno Santos.; NOGUEIRA, Conceição. História das abordagens científicas, médicas e psicológicas sobre as transexualidades e suas aproximações críticas. **Saúde e Sociedade**, v. 30, n. 2, p. 1-14, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-12902021200768>. Acesso em: 22 out. 2025.

ROSA, Liane Serra da; MACKEDANZ, Luiz Fernando. A análise temática como metodologia na pesquisa qualitativa em educação em ciências. **Revista Atos de Pesquisa em Educação**, Blumenau, v. 16, e8574, 2021. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.7867/1809-0354202116e8574>. Acesso em: 21 set. 2025.

SANTOS, Adymailson Nascimento. **Territorialidades e Interseccionalidades de Mulheres Trans\* Prostitutas na Cidade de Macapá - AP**. Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Patricia Rocha Chaves. 2023. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, Amapá, 2023. Disponível em: [https://www2.unifap.br/ppgeo/files/2024/03/Dissertacao\\_Adymailson\\_Nascimento\\_Santos](https://www2.unifap.br/ppgeo/files/2024/03/Dissertacao_Adymailson_Nascimento_Santos). Acesso em: 02 dez. 2024.

SANTOS, Marcio Gonçalves dos. **Violência e dor em narrativas de mulheres transexuais em Manaus**. Orientador: Prof. Dr. Sergio Carrara. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Humanas e Saúde; Epidemiologia; Política, Planejamento e Administração em Saúde; Administra) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.bdttd.uerj.br/handle/1/4508>. Acesso em: 01 ago. 2025.

SILVA, Joelma de Castro da; MONTEIRO, Huarley Mateus do Vale. Potencializando o discurso trans por meio da trajetória de uma estudante não-binária. **Ambiente: Gestão e Desenvolvimento**, v. 17, n. 1, p 15-24, 2024. Disponível em: <https://periodicos.uerr.edu.br/index.php/ambiente/article/view/1330>. Acesso em: 04 ago. 2025.

SILVA, Alessandro Carneiro da; ALVARENGA, Eric Campos. Saúde mental de mulheres trans em situação carcerária no estado do Pará. **Revista Saúde em Redes**, v. 10, n. 2, p. 4394, 2024. Disponível em: <https://revista.redeunida.org.br/index.php/rede-unida/article/view/4394>. Acesso em: 12 set. 2025.

SILVA, Nathália Leal et al. Identidade social da pessoa transgênero: análise do conceito e proposição do diagnóstico de enfermagem. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 73, n. 5, p. e20200070, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/TpH8W4hr8MGxVRzkW3TbkKq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 06 jul. 2025.

SILVA, Rebeca Buzaglo da. **Adoção da profilaxia de pré-exposição para o HIV entre mulheres trans e travestis**: um estudo qualitativo sobre sexualidade e saúde. Orientador(a): Profa. Dra. Vivian Silva Lima Marangoni. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Enfermagem) - Universidade do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2022. Disponível em: <https://ri.uea.edu.br/collections/d198abcf-994a-4259-8e06-dc9249ac88f2?f.dateIssued.min=2020&f.dateIssued.max=2024&spc.page=1>. Acesso em: 13 out. 2025.

SILVA, Renata Layssa Ferreira. **Percepções de gestores sobre o atendimento à mulheres trans venezuelanas em Boa Vista e Manaus**. Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Sara Fiterman Lima Coorientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Zeni Carvalho Lamy. 2025. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, Maranhão, 2025. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/bitstream/tede/6024/2/SILVA%2C%20Renata%20Layssa%20Ferreira%20da.pdf>. Acesso em: 15 out. 2025.

SILVA, Romulo Cardoso. **Transcidadania: luta pelo reconhecimento na construção da cidadania trans em Manaus/AM.** Orientadora: Dra. Lidiany de Lima Cavalcante. 2020. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2020. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/8172>. Acesso em: 02 dez. 2024.

SOUZA, Luanna Tomaz; ALMEIDA, Flávia Haydeé. Ele não morreu por ser homossexual, travesti; ele morreu porque ele era vagabundo”: a motivação nos assassinatos de travestis em Belém/PA. **Revista Direito Público**, v. 18, n. 98, 2021. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/5237>. Acesso em: 05 out. 2025.

SOUZA, Luciana Karine de. Pesquisa com análise qualitativa de dados: conhecendo a análise temática. **Arquivos brasileiros de psicologia**, Rio de Janeiro, v. 71, n. 2 (maio/ago. 2019), p. 51-67. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/245380>. Acesso em: 21 set. 2025.

SPIZZIRRI, Giancarlo. et al. Proportion of people identified as transgender and non-binary gender in Brazil. **Scientific Reports**, v. 11, n. 2240, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1038/s41598-021-81411-4>. Acesso em: 02 dez. 2024.

TAMBORINI, Sérgio Antônio Saldanha Rodrigues. **Circuitos estéticos de pessoas trans no Ambulatório de Diversidade Sexual de Gênero de Manaus/AM.** Orientador: Prof. Dr. André Luiz Machado das Neves. 2023. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2023. Disponível em: <https://ri.uea.edu.br/handle/riuea/2043>. Acesso em: 15 out. 2025.

TARABOSSI, Thaís Mirian Helena Pantoja. **Como eu poderia me encontrar preso nessas conchas quebradas: conflitos familiares e atos de afirmação da subjetividade trans – os casos dos acolhidos e beneficiários da Casa Miga, de Manaus/Am (2020 a 2023).** Orientador: Prof.º Dr. Nelson Matos de Noronha; Coorientadora: Prof.ª Dra. Lidiany de Lima Cavalcante. 2025. Dissertação (Mestrado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2025. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/10979>. Acesso em: 19 out. 2025.

VASCONCELOS, Otto Osvaldo da Silva. **TRANSAMAZÔNICAS: memórias, experiências e trajetórias de pessoas trans na segunda metade do século XX.** Orientador: José Alves de Souza Junior; Coorientadora: Rosângela da Silva Quintela. 2022. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/15594>. Acesso em: 05 out. 2025.

WITTMANN, Isabel. **Corpo, gênero e identidade: experiências transgênero na cidade de Manaus.** Orientadora: Prof.ª Dra. Márcia Regina Calderipe Farias Rufino. 2016. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, Amazonas, 2016. Disponível em: <http://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5422>. Acesso em: 02 dez. 2024.